

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Editorial

Sócrates : Mais do Mesmo

Uma das características idiossincráticas de Sócrates é o tom fastidiosamente laudatório com que sistematicamente avalia a sua performance enquanto governante. Mas essa é também a sua maior fraqueza porque já ninguém acredita na genuinidade e na sinceridade das suas palavras.

Aliás, bastaria atentar de relance no estado geral do país, da educação à saúde, da justiça à economia, do desemprego às desigualdades sociais gritantes para se enxergar quão diferente é o país real do ficcionado por Sócrates .

O povo começa a ficar farto da propaganda de Sócrates. Já ninguém engole a miragem dos 150.000 novos empregos. Já ninguém se ilude com um novo patamar de exigência e rigor na educação ou na qualificação profissional. Já ninguém vislumbra uma linha de rumo na área da saúde ou na reestruturação do Estado..

O que se vê é um governo gasto, exaurido, exangue. Sem força anímica para realizar e implementar no terreno as reformas. Sem um golpe de asa para sacudir o torpor e o tédio instalados de três anos de governação frouxa e inconsequente.

È tempo de dizer basta !

Jorge Neto

Novo mapa judiciário poder ser “perigosa machadada no interior” O PSD não o admitirá!



Destaques:

- **1000 militantes em Alvaiázere num jantar com o Presidente**

Em “Actividades do Presidente”

- **Números do desemprego, divulgados pelo INE, confirmam “problema estrutural grave”**

Em “Actividades do PSD”

- **Nada de deitar foguetes pela ligeira alta na economia: “Vem aí pior!” – avisa Patinha Antão**

Em “Actividades do PSD”

Novo mapa judiciário poder ser “perigosa machadada no interior” O PSD não o admitirá!



O nosso Presidente deslocou-se no sábado passado, a Pombal onde, acompanhado pela direcção Social-Democrata, manteve um encontro com autarcas sociais-democratas de todo o País.

Os trabalhos iniciaram-se pelas 14h30, sendo prestadas declarações à imprensa ao fim da tarde. Luís Filipe Menezes foi o convidado de honra e um jantar em Alvaiázere, que reuniu quase mil militantes daquela zona central de Portugal.

Entre as declarações prestadas à informação, o líder do PSD condicionou o apoio social-democrata ao novo Mapa Judiciário a dados mais precisos sobre os juízos e comarcas encerradas, considerando que a proposta é uma “machadada perigosa” no interior.

O novo mapa judiciário é “uma proposta que nos preocupa porque vem na mesma esteira de um conjunto de medidas” que visa o “abandono do território”, à semelhança do que está a ser feito na área da saúde, afirmou Luís Filipe Menezes.

Como o mapa judiciário estava previsto no pacto de justiça subscrito pelos dois partidos e porque não quer “uma atitude radical sem diálogo e concertação”, Menezes está mandatado pela direcção para questionar o Governo sobre quais os juízos e comarcas que irão ser

encerradas.

A proposta do Governo é omissa nesta matéria” pelo que sem essa informação “o PSD não estará disponível para sufragar esta peça fundamental do pacto de justiça”, assinado no passado com o PS

Apesar de não ter uma “grande simpatia” pelo pacto de justiça, assinado por Marques Mendes, Menezes recordou que a maioria das questões foram consensuais, uma situação que não acontece com o novo mapa judiciário.

O novo mapa judiciário é um dos pontos inseridos no Pacto da Justiça assinado entre o PS e o PSD e prevê a conversão das 230 comarcas actualmente existentes em 35 tribunais regionais, devendo esta mudança iniciar-se em Setembro com uma experiência-piloto em três das futuras circunscrições: Baixo Vouga, Lisboa-Sintra e Alentejo Litoral.

“Demasiados e consecutivos inquéritos” a dirigentes dos Governos PSD-CDS/PP, sem arguidos nem seguimento, levantam “estranheza” ao Presidente Social-Democrata

O líder social-democrata, Luís Filipe Menezes, afirmou também, na mesma ocasião, estranhar a existência

de demasiados inquéritos judiciais a dirigentes dos Governos PSD-CDS/PP, referindo-se a vários casos, entre os quais o do alegado favorecimento ao Casino Lisboa.

“Sou a única pessoa nesta dialética de confronto político democrático em Portugal, que não estive no Governo nos últimos dez anos” mas “sou solidário” com os alvos das suspeições, afirmou Menezes, no final do encontro.

“Confio muito na justiça portuguesa”, disse, estranhando as suspeitas que têm sido levantadas sobre matérias como a “adjudicação adjudicações do SIRESP, os casos Portucale, Casino Lisboa, submarinos e sobrieiros cortados aqui e acolá”.

No último ano e meio, “ouvi falar de histórias retroactivamente de um período circunscrito da democracia portuguesa” mas “até agora não vi nenhum membro desses Governos do PSD, apesar de todas essas notícias, ser constituído arguido ou levado a tribunal”.

Na sua maioria, estas suspeitas não passam da “fase incipiente de inquérito” mas “são demasiados inquéritos em cima de Governos do PSD”, estranhou Luís Filipe Menezes.

Mais ainda, é servido ao público um menu de suspeitas e de teorias de conspiração, por um semanário de referência, que parece apostado em

servir doses homeopáticas de veneno em cada semana.

O jantar, em Alvaiázere, reuniu quase 1000 militantes, que ouviram o Presidente sobre o tema da Justiça

Quase mil militantes quiseram jantar com Luís Filipe Menezes em Alvaiázere, após a reunião de Pombal e o líder social democrata sentiu, naquele quase centro de Portugal, um apoio e um entusiasmo de base, que nada tem a ver com o cepticismo pseudo-sofisticado de algumas “personalidades” ligadas ao nosso PSD.

Luís Filipe Menezes afirmou que, numa gestão PSD, “Não fechará mais nenhum serviço público durante uma legislatura no interior do país”.

Nesta sua primeira clara promessa programática para as legislativas do próximo ano o líder do PSD frisou que “manter o Estado social é difícil, mas” - garantiu - “connosco não haverá este ataque ao Serviço Nacional de Saúde”.

O líder social-democrata acusou o PS de depois “de atacar os serviços de segurança, educação, finanças e saúde, se prepara para retirar o último elo de soberania que são os tribunais e as comarcas”.

Filipe Menezes promete, assim, chumbar o novo mapa judiciário caso o Governo não apresente a lista de juízos a encerrar.

“Se não nos der essa lista não há mais Pacto de Justiça, não há mais acordos”, disse, responsabilizando o executivo do PS pelo “desgoverno” do país nos últimos anos.

Ribau Esteves, secretário-geral do PSD referiu ao DN que na reunião da passada semana entre o titular da Justiça, Alberto Costa e o vice-presidente do PSD, Rui Gomes da Silva, o executivo socialista não deu efectivamente nenhum mapa judiciário concreto. Uma situação que Ribau Esteves considera ser uma tentativa de se pedir “um cheque em branco” ao PSD, o que, frisa, “o nosso partido nunca aceitará”.

Lei eleitoral autárquica com dúvidas na sua exequibilidade

No Domingo, numa visita os condóminos de Vila D’Este, em Gaia o líder do PSD ameaçou romper o acordo com o PS sobre a lei eleitoral autárquica, caso não sejam aceites as reivindicações dos presidentes de Junta que exigem poder votar planos e



orçamentos em Assembleia Municipal.

“Nós somos sensíveis a estas exigências. Não governamos com acordos entre partidos contra as pessoas”, afirmou Luís Filipe Menezes.

“Se o PS aceitar esta modificação, haverá acordo; se não, não haverá. Os nossos acordos são sempre para servir as pessoas e não para nosso gáudio pessoal”, garantiu.

O presidente do PSD afirmou que o seu partido não é “uma espécie de contraponto do Governo”, afirmando que os sociais-democratas têm “concepções diferentes para a segurança, para a Justiça e para a investigação criminal”.

Luís Filipe Menezes atribuiu ao ministro da Administração Interna de há sete anos - o actual titular da pasta da Defesa, Nuno Severiano Teixeira - a “insegurança que grassa em muitos centros urbanos, nomeadamente nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa”.

O líder do PSD acusou o ministro socialista do então governo socialista de António Guterres de ter “desarticulado completamente toda a investigação criminal, retirando poderes e competências à Polícia Judiciária, repartindo a capacidade de fazer investigação entre os diferentes corpos policiais numa lógica concorrencial completamente absurda”.

“No futuro, iremos de novo defender a concentração da investigação criminal sob a tutela do Ministério Público na PJ”, acrescentou Luís Filipe Menezes, afirmando que “cada força deve ter uma competência para não se estorvarem umas às outras, que é o que acontece com esta concepção confusa do socialismo de Guterres e agora de Sócrates

«Choca mais a reacção de Sócrates que a pergunta de Santana!»



O presidente do PSD afirmou, no dia seguinte ao último debate quinzenal, que ficou mais chocado com a reacção de José Sócrates do que com a pergunta que o líder parlamentar social-democrata fez no Parlamento sobre os projectos assinados pelo primeiro-ministro.

Luís Filipe Menezes foi questionado pela comunicação social se concordou com a pergunta feita pelo líder parlamentar do PSD, Pedro Santana Lopes, na quarta-feira, durante o debate quinzenal com o primeiro-ministro.

«A mim, do ponto de vista pessoal, chocou-me mais a forma agressiva e arrogante como reagiu o primeiro-ministro», respondeu o presidente do PSD.

Luís Filipe Menezes falava à entrada para um encontro com a Confederação do Turismo, na Quinta da Marinha, em Cascais.

«O doutor Santana Lopes é um deputado livre, tem o direito de colocar as questões como quiser», disse ainda o presidente do PSD, referindo que a sua posição sobre o assunto é conhecida.

Menezes reúne com Confederação e Turismo

O Presidente do Partido Social-Democrata, Luís Filipe Menezes, reuniu na passada quinta-feira, 14 de Fevereiro, com a Confederação do Turismo, num hotel de Cascais, sendo abordadas questões de actualidade, de interesse para o turismo em Portugal.

Luís Filipe Menezes sublinhou que não conseguirão dividi-lo de Santana Lopes, que os dois conversam «todos os dias» e têm «uma estratégia absolutamente unificada».

Durante o debate de quarta-feira, o líder parlamentar do PSD pediu a José Sócrates que confirmasse no Parlamento, considerando que é o «sítio próprio»,

aquilo que declarou no Palácio de Belém, negando a notícia do jornal Público de que assinou projectos que não eram seus, durante a década de 80.

Santana Lopes assinalou que fazia essa pergunta «sem nenhum juízo preconcebido».

O primeiro-ministro reagiu manifestando indignação: «Não é que não esperasse essa pergunta. Ela é todo o seu estilo e o seu comportamento na política, está à altura do que fez quando foi candidato a primeiro-ministro, e do estilo da sua campanha, ela diz tudo sobre uma maneira de fazer política».

«Nunca assinei nenhum projecto que não fosse da minha responsabilidade. A notícia do Público é uma falsidade, é falsa. Todos os projectos que assinei são da minha responsabilidade», reiterou Sócrates.

Conhecida a notícia do Público sobre os projectos assinados por Sócrates na década de 80, Luís Filipe Menezes, assegurou, na sexta-feira passada, que durante a sua liderança o PSD não fará ataques «de personalidade e de carácter» ao primeiro-ministro «sem fundamentação sustentada». - Fontes: Gab. Imp. CMPombal; Lusa; DN; PL. Fotos: Lusa, Teixeira (PL)

Nota da Redacção:

O que passou despercebido a muitos dos que ouviram Sócrates, foi o facto que o primeiro ministro, de facto, não respondeu a qualquer pergunta, nem esclareceu qualquer dúvida.

A frase é pleonástica, pois é a assinatura de um projecto que estabelece a responsabilidade do signatário pelo mesmo! O que era (e é?) comum é um projecto, no interior do País e de pequena/média dimensão, ser feito por um desenhador (geralmente da Câmara), e assinado “de favor” (para assumir a responsabilidade legal), por um técnico superior que o faz “pró bono” ou a troco de uns trocos...

Claro que o truque com as palavras, está aí...como diz José Miranda no “blog” blasfémias:

«Sócrates escolhe as palavras sempre que fala deste tema. Diz “assumo a autoria”, não diz “fui eu que fiz”. Diz “os projectos que assinei são da minha responsabilidade”, mas não diz “os projectos que assinei foram feitos por mim».

E aí reside o cerne da questão e o dilema desagradável para Sócrates: ou “assinou de favor” – a não pode admirar-se da investigação dos seus actos, pois uma personalidade pública, ainda por cima na sua posição, é – por definição - “pública”; e tudo o que lhe diz respeito; ou fez os projectos, e consequentemente, é responsável pela sua construção e pelos seus aspectos estéticos... que conhecemos!

- LR



Números do desemprego, divulgados pelo INE, confirmam um “problema estrutural grave” que Governo se mostra incapaz de resolver

O deputado Hugo Velosa, disse à Imprensa, na sexta-feira que os números do desemprego, divulgados pelo INE, confirmam um “problema estrutural grave” que as políticas do Governo se mostram incapazes de resolver.

A taxa de desemprego de 2007 atingiu os 8 por cento, um valor 0,3 pontos percentuais acima dos 7,7 por cento atingidos em 2007.

No quarto trimestre, a taxa de desemprego fixou-se em 7,8 por cento, o que representa uma descida de 0,4 pontos percentuais face ao quarto trimestre de 2006 e de 0,1 pontos percentuais face ao trimestre anterior.

“Os números confirmam-nos um problema estrutural grave, que tem que ser firmemente atacado”, mas se as políticas do Governo “asfixiam a economia e as empresas, é óbvio que o desemprego não pode baixar”, defendeu o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, em declarações à agência Lusa.

“O desemprego não é algo que se possa atacar com medidas isoladas, é algo que tem a ver com o crescimento económico” e este é “claramente insuficiente para baixar o desemprego”, sustentou Hugo Velosa.

Referindo-se à diminuição homóloga da taxa de desemprego, de 0,4 pontos percentuais, o deputado social-democrata considerou-a “uma ligeira descida conjuntural”, acrescentando não haver “qualquer motivo para euforias”.

Hugo Velosa recordou ainda que a taxa de desemprego de 2007 “falhou as previsões do Governo”, inscritas no último Orçamento do Estado, que eram de 7,8 por cento.

Sobre o crescimento de 1,9 por cento da economia portuguesa em 2007, divulgado pelo INE na quinta-feira, o deputado considerou não ser “um crescimento brilhante, até porque está abaixo da média da União Europeia”.

PSD e CDS protestaram contra a ausência do ministro da Economia no debate sobre a situação económica portuguesa

PSD e CDS protestaram contra a ausência do ministro da Economia no Parlamento, num debate sobre a situação económica portuguesa, e pediram ao Governo para que deixe falar Manuel Pinho perante o plenário.

A declaração política do Governo sobre “o crescimento da economia portuguesa” - ao abrigo de uma nova



figura regimental que resultou da reforma do Parlamento - foi feita pelo ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva.

Logo na primeira intervenção por parte da oposição, a deputada do PSD Rosário Águas manifestou-se “indignada” com a ausência do ministro da Economia num debate sobre economia.

“As contínuas ausências do ministro da Economia causam indignação, porque ele não participa em nenhum debate relevante e raramente comparece em sede de comissão parlamentar”, justificou.

Rosário Águas quis depois saber junto do ministro dos Assuntos Parlamentares “por que razão o Governo não deixa [Manuel Pinho] falar perante o plenário da Assembleia da República”.

Pouco depois, o líder parlamentar do CDS, Diogo Feyo, estimou em “dois anos o período de ausência de qualquer intervenção do ministro da Economia perante o plenário”.

Também o PCP, pela voz de Agostinho Lopes, exigiu que o ministro da Economia preste esclarecimentos em sede de comissão parlamentar sobre “promessas que andou a fazer no distrito de Leiria” e sobre “milhões de euros que entregou a uma empresa de Braga”.

Fumar ou não, nos Casinos? José Eduardo Martins sugere esclarecimento da PGR

O PSD sugeriu no dia 12, que se solicite à Procuradoria-Geral da República (PGR) que esclareça se os casinos têm ou não um regime de exceção em relação à lei do tabaco.

Todos os partidos políticos, com excepção do Bloco de Esquerda,

concordaram hoje que a legislação não confere aos casinos qualquer regime de excepção, tal como diz a Direcção Geral de Saúde.

Contudo, perante a existência de dois pareceres jurídicos contraditórios, o deputado social-democrata José Eduardo Martins chegou a propor que se peça à PGR para esclarecer a situação: “O Conselho Superior da PGR pode esclarecer a guerra de pareceres”.

Questionado pelos jornalistas, o director-geral de Saúde, Francisco George, disse que não lhe compete pedir esse parecer, mas que vai transmitir a questão à nova ministra da Saúde.

No entanto, para Francisco George, é claro que os casinos não têm qualquer excepção em relação à lei do tabaco, em vigor há 40 dias.

“Nos casinos, a lei do tabaco tem que ser aplicada. Os casinos não são uma excepção para além das que a própria lei prevê”, afirmou Francisco



George na Comissão Parlamentar da Saúde.

Assim, de acordo com a Direcção-Geral de Saúde, nos restaurantes dos Casinos aplica-se também a lei do tabaco com as excepções previstas para os restantes estabelecimentos de restauração.

Segundo a lei, restaurantes com mais de 100 metros quadrados podem ter uma zona para fumadores que não exceda 30 a 40 por cento do espaço total, caso de trate, no primeiro caso, de um estabelecimento sem qualquer separação física ou, no segundo, com zonas separadas.

Nas zonas de jogo, a lei do tabaco é também para ser aplicada: “Se um casino tiver um cinema, nesse cinema não se pode fumar”.

apenas o Bloco de Esquerda não concordou com interpretação da DGS.

“Eu não leio na lei a interpretação que o senhor director-geral da Saúde faz, embora até esteja de acordo com isso, mas vai ser difícil sustentar jurídica e legalmente essa leitura”, considerou o deputado bloquista João Semedo.

Já para o PCP, a interpretação da autoridade de saúde é “a única possível”, como disse o líder parlamentar comunista, Bernardino Soares, ideia corroborada pelo PSD e pelo CDS.

Ainda relativamente aos casinos, o director-geral de Saúde lembrou também que estes são espaços que pertencem ao Estado, embora concessionados e que não têm, por isso, regime de licenciamento, o que torna a questão mais “complexa”.

Apesar disso, George considerou que o regime de concessão não deverá dificultar a aplicação da lei, uma vez que podem realizar-se inspecções independentemente do tipo de licenciamento.

“Há outras concessões do Estado que também não escapam às inspecções”, afirmou.

O director-geral de Saúde anunciou ainda que sexta-feira a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) apresentará um primeiro relatório sobre as acções de inspecção realizadas no âmbito da nova lei do tabaco.

Nada de deitar foguetes pela ligeira alta na economia: “Vem aí pior!” – avisa Patinha Antão

O PSD desvalorizou os dados divulgados no dia 14, sobre o



crescimento da economia portuguesa em 2007, considerando que não há motivos para o optimismo do Governo, porque é consensual que a tendência de evolução é negativa.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou hoje que o Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceu 1,9 por cento em 2007 e acabou o ano em aceleração, atingindo os dois por cento de crescimento no último trimestre.

“A tendência é negativa e o optimismo do Governo é totalmente deslocado”, comentou o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD Mário Patinha Antão, em declarações à agência Lusa.

“Para o PSD, a batalha das décimas e o regozijo do Governo sempre que a economia cresce um pouco são despropositados e fora de uma análise técnica séria, que é a análise da tendência”, acrescentou o deputado.

De acordo com o social-democrata, “o anúncio hoje do INE de que a economia terá crescido 1,9 por cento no ano passado não é em si mesmo nada surpreendente, é o que se podia antecipar”.

“Há um consenso de que inevitavelmente a economia portuguesa, como as demais economias europeias, irá continuar uma trajectória descendente”, salientou.

Patinha Antão concluiu que essa tendência negativa, o agravamento do nível de vida dos portugueses, o aumento do desemprego e da inflação deveriam levar o Governo a inibir-se do seu “registo de contentamento” e a “uma inflexão” de políticas.

Digitalização de contra-ordenações rodoviárias comprometidas por falta de Internet em metade dos postos da GNR

O deputado do PSD Fernando Santos Pereira perguntou ao Governo como vai impor a digitalização dos processos de contra-ordenações prevista na revisão do Código da Estrada com metade dos postos da GNR sem Internet.

Num requerimento dirigido ao

Ministério da Administração Interna, entregue no Parlamento, o social-democrata afirma que “do que se conhece da realidade, mais de metade dos postos da GNR em Portugal não tem ligação à Internet”.

Esse facto “não deixa de ser escandaloso no país do tão propagandeado ‘choque tecnológico’”, observa.

O deputado do PSD refere que a proposta que autoriza o Governo a rever o Código da Estrada, aprovada hoje no Parlamento, prevê “que o processo contra-ordenacional rodoviário passe a ser executado em suporte digital”.

“Com esta carência de meios [na GNR] provocada pela falta de atenção do Governo existirão muitas dificuldades na aplicação eficaz das alterações ao Código”, antecipa Santos Pereira, perguntando depois ao executivo se concorda ou não com a sua opinião.

Insistindo que “esta alteração ao Código da Estrada fica debilitada se o Governo não disponibilizar a ligação à Internet de toda a GNR”, o deputado exige saber quando é isso vai acontecer.



Fernando Santos Pereira ressalva que ao questionar a preparação da GNR para os novos procedimentos não está a “pôr em causa os benefícios que essa mudança pode trazer”.

O Governo deve “apurar a realidade” e “as condições de operacionalidade que são disponibilizadas pelo Governo à GNR”, recomenda, pedindo ao executivo que precise “quantos postos da GNR têm Internet em Portugal” e “quais os postos que não dispõem de Internet”.

Fumo nos Casinos: José Eduardo Martins sugere opinião da PGR

O PSD sugeriu que se solicite à Procuradoria-Geral da República (PGR) que esclareça se os casinos têm ou não um regime de excepção em relação à lei do tabaco.

Todos os partidos políticos, com excepção do Bloco de Esquerda, concordaram hoje que a legislação não confere aos casinos qualquer regime de excepção, tal como diz a Direcção Geral de Saúde.

Contudo, perante a existência de dois pareceres jurídicos contraditórios, o deputado social-democrata José Eduardo Martins chegou a propor que se peça à PGR para esclarecer a

director-geral de Saúde, Francisco George, disse que não lhe compete pedir esse parecer, mas que vai transmitir a questão à nova ministra da Saúde.

No entanto, para Francisco George, é claro que os casinos não têm qualquer excepção em relação à lei do tabaco, em vigor há 40 dias.

“Nos casinos, a lei do tabaco tem que ser aplicada. Os casinos não são uma excepção para além das que a própria lei prevê”, afirmou Francisco George na Comissão Parlamentar da Saúde.

Assim, de acordo com a Direcção-Geral de Saúde, nos restaurantes dos Casinos aplica-se também a lei do tabaco com as excepções previstas para os restantes estabelecimentos de restauração.

Segundo a lei, restaurantes com mais de 100 metros quadrados podem ter uma zona para fumadores que não exceda 30 a 40 por cento do espaço total, caso de trate, no primeiro caso, de um estabelecimento sem qualquer separação física ou, no segundo, com zonas separadas.

Nas zonas de jogo, a lei do tabaco é também para ser aplicada: “Se um casino tiver um cinema, nesse cinema não se pode fumar”.

Até ao dia 12, o PSD não tinha decidido a imposição de inquérito parlamentar à supervisão das operações bancárias

O líder do grupo parlamentar social-democrata, Pedro Santana Lopes, afirmou à agência Lusa que o PSD ainda não decidiu se vai impor a realização de um inquérito parlamentar sobre a supervisão das operações bancárias.

Questionado se o PSD já tomou uma decisão, Pedro Santana Lopes respondeu: “Ainda não”.

O líder parlamentar do PSD acrescentou que a decisão deverá ser anunciada depois da reunião da Comissão de Orçamento e Finanças em que será votada a audição do ex-presidente do BCP, Filipe Pinhal, requerida pelos sociais-democratas.

Contudo, Pedro Santana Lopes escusou-se a esclarecer se o PSD faz depender a constituição da comissão de inquérito parlamentar da audição de Filipe Pinhal.

“Não queremos dizer já”, declarou à agência Lusa.

O regime jurídico dos inquéritos parlamentares estabelece que estes se realizam por decisão do plenário ou por requerimento de um quinto dos deputados, 46 em 230.

O PSD, com 75 deputados, não depende por isso de outros partidos para esse efeito.

Na sexta-feira será votada em plenário a constituição de uma comissão de inquérito para apurar responsabilidades do Banco de Portugal na supervisão de alegadas operações irregulares do BCP,

situação: “O Conselho Superior da PGR pode esclarecer a guerra de pareceres”.

Questionado pelos jornalistas, o

apresentada pelo CDS-PP.

O CDS-PP e o PSD começaram por admitir promover um inquérito parlamentar sobre a supervisão das operações bancárias se o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, se recusasse a prestar esclarecimentos no Parlamento sobre as investigações ao BCP.

A hipótese de um inquérito parlamentar manteve-se, dependente da brevidade da audição, depois do seu resultado e, por fim, do resultado do conjunto de audições parlamentares sobre a supervisão das operações do BCP.

No dia 24 de Janeiro, o CDS-PP anunciou a decisão de propor o inquérito parlamentar.

Entretanto, o PSD decidiu requerer mais uma audição, de Filipe Pinhal.

Apesar de ainda reservar a sua posição sobre o inquérito parlamentar, o PSD já tirou conclusões das restantes audições, disse o deputado social-democrata Mário Patinha Antão à agência Lusa.

“Face às audições realizadas, os indícios fortes de falhas na supervisão bancária e do mercado de capitais transformaram-se em evidências praticamente indesmentíveis”, considerou.

PSD só aceita flexibilização do Código do Trabalho se não resultar aumento de desemprego



O dirigente social-democrata Rui Gomes da Silva afirmou hoje que o PSD só aceita que a revisão do Código do Trabalho flexibilize as normas laborais se isso não conduzir a um aumento do desemprego.

“É uma questão da qual não abrimos mão”, salientou Rui Gomes da Silva, no encerramento de um encontro dos Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD), uma estrutura interna do PSD, em Lisboa.

“Flexibilização, sim, desde que tenha um limite: Não admitimos que sirva para qualquer aumento do desemprego, não admitimos que sejam



encapotadas situações que levem a um aumento do desemprego”, declarou.

O vice-presidente do PSD substituiu o presidente do partido, Luís Filipe Menezes, no encerramento do encontro dos TSD, que não pode estar presente por razões de saúde, informou Rui Gomes da Silva.

Antes da sua intervenção, o secretário-geral dos TSD e deputado do PSD Arménio Santos disse que aguarda a proposta de Código do Trabalho que o Governo vai apresentar na Assembleia da República, desvalorizando o documento elaborado pela comissão de sábios.

“consultar todos os que em cada momento e em relação a cada área sejam os mais capazes” dentro do partido.

O vice-presidente do PSD repetiu, no seu discurso, que o objectivo da direcção de Luís Filipe Menezes “é um só”, vencer as eleições em 2009. Para isso, pretende entretanto demonstrar que o país não melhorou com o PS no poder, que há motivos de orgulho nos anteriores governos PSD/CDS-PP e apresentar um programa alternativo, acrescentou.

O ex-ministro dos Assuntos Parlamentares advertiu para o eventual aproveitamento pelo Governo dos fundos da União Europeia e dos excedentes da Segurança Social para fins eleitorais, que prometeu que o PSD enfrentará.

Ministra da Saúde já se contradiz com o que afirmava antes de ser do Governo!

O grupo parlamentar do PSD solicitou hoje à Comissão de Saúde uma audição à ministra Ana Jorge, devido a contradições no seu discurso antes e depois de assumir o cargo e para conhecer as suas prioridades políticas.

“Desde o início deste ano, altos membros do Governo e importantes responsáveis do Partido Socialista têm proferido diversas declarações, não raro de pendor contraditório”, sublinha o PSD no requerimento assinado pela deputada Ana Manso e dirigido a Maria de Belém Roseira, presidente da Comissão de Saúde.

No que se refere à nova ministra da Saúde, “ainda no passado mês de Janeiro considerava que ‘o encerramento das urgências sem estarem implementadas no terreno alternativas válidas era um erro’ (...) e dizia mesmo, em clara discordância com a política do Governo, ter ‘dúvidas que se esteja a salvar o Serviço Nacional de Saúde’” - recordam os deputados da bancada laranja.

“Porém, uns dias depois, já enquanto ministra da Saúde, garantia: ‘Acredito na reforma em curso e no Serviço Nacional de Saúde’”, acrescenta o PSD, realçando a

contradição.

O PSD acrescenta no requerimento que também o primeiro-ministro afirmou, quando da tomada de posse de Ana Jorge: “O que nós queremos é ter um novo método mas cumprir os mesmos objectivos”, tendo ainda garantido que não iam ser encerradas mais urgências “antes de existirem alternativas”.

Já em Fevereiro, “o deputado Vitalino Canas, porta-voz do PS, admitiu que a ministra da Saúde venha a redefinir a reforma do Serviço Nacional de Saúde” e “o deputado socialista Manuel Alegre declarou que a mesma titular ‘vai fazer as correcções necessárias’ na área da Saúde” - relembra os parlamentares social-democratas.

Considerando que, neste momento, “nem a Assembleia da República nem os Portugueses e, em especial, os utentes do Serviço Nacional de Saúde, conhecem as grandes linhas orientadoras da actual ministra, circunstância que não é positiva e alimenta inquietações nas populações”, o PSD entende que não pode ser adiada por mais tempo a audição de Ana Jorge em sede de Comissão de Saúde.

“Somente desse modo poderá o Parlamento colher a informação que é indispensável à sua missão de fiscalização do Governo”, assinalam os deputados da bancada liderada por Santana Lopes.

De acordo com o requerimento, o PSD quer tomar conhecimento das “prioridades políticas” de Ana Jorge, bem como saber “se vai manter ou alterar a orientação que o Governo tem prosseguido na área da Saúde, designadamente em relação à rede de serviços de urgência, aos serviços de saúde que o anterior Ministro encerrou e ao actual sistema de transporte de doentes e sinistrados”. – Fontes: TSE, RDPI, Sol; fotos arquivo PL





Intervenção Dep. António Almeida Henriques AR, 14 de Fevereiro de 2008

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

São mais de 99% das empresas portuguesas, representam 57% do volume de negócios, mais de dois milhões de postos de trabalho.

Refiro-me, obviamente, às micro, pequenas e médias empresas do nosso País.

Ao longo dos últimos três anos, têm estado entregues a si próprias, à espera que o Governo desperte e lhes atribua o real valor e adopte políticas que permitam ajudar a resolver os seus problemas e a consolidarem a sua importância no tecido económico do País,

Ainda recentemente, o senhor Presidente da República, afirmava na inauguração de uma nova unidade industrial que “Portugal não se afirmará internacionalmente e não se desenvolverá se ficar à espera que as pequenas e médias empresas desapareçam” e “é com elas que terá que recuperar um lugar entre os países mais ricos da Europa comunitária”.

Na passada terça-feira, na audição com o Senhor Ministro da Economia na Comissão, ficou bem patente a distância entre a realidade e a ficção, entre aquilo que os portugueses e as empresas sentem e aquilo que o Governo afirma.

Afirma o Senhor Ministro da Economia que as empresas nunca estiveram tão preparadas para os desafios que se aproximam, que não o preocupa a desaceleração das economias europeias, pois o volume de investimento expectável permitirá compensar esta situação.

Nos antípodas, o clima de confiança volta a agravar-se em Janeiro e o indicador de confiança dos consumidores intensifica o movimento descendente

Não é com palavras de confiança não fundamentadas que os problemas se resolvem, é com acção.

Logo à cabeça, os sistemáticos atrasos dos pagamentos do Estado às empresas, estima-se que rondem os 3 mil milhões de euros, mais de 1,5% do PIB.

Como é que o Governo responde?

Instala um autêntico clima persecutório às empresas, penhorando contas que ultrapassam em muito o valor em dívida, penhorando viaturas em situações de dívidas ridícula, para já não falar da atitude permanente da ASAE.

Somos os primeiros a defender o combate à fraude e evasão fiscal, mas o Governo não pode ter dois pesos e duas medidas.

O governo não pode tudo exigir e



nada cumprir.

Pagar às empresas era uma excelente forma de estimular a economia.

Aceitar que as empresas efectuassem compensações fiscais com as dívidas vencidas do estado, também ajudava;

Passar a exigir o IVA dos fornecimentos ao Estado, só depois da boa cobrança, era também um bom caminho;

Titular as dívidas para que estas fossem passíveis de adiantamentos por parte da Banca era outro;

Aliás, caminhos propostos reiteradamente pelo PSD.

Como é que o Governo responde?

Com mais um anúncio e um título pomposo, o programa “Pagar a tempo e horas”, mais uma manifestação de intenções para uma redução gradual dos prazos de pagamento.

Era preferível que chamassem ao programa “Pagar tarde e a más horas”, trata-se de um mero paliativo sem consequências práticas na economia.

No capítulo das exportações, quando questionado sobre a perda de quota de mercado que se verifica nos nossos principais destinos comerciais, o Sr. Ministro da Economia responde, candidamente, que se retirarmos a quota da China e do Japão, crescemos nos mercados de Espanha e Alemanha!

Que dizer desta afirmação?

O responsável do Plano Tecnológico, Prof. Carlos Zorrinho afirma em nota de imprensa que os produtos de alta tecnologia pesam 11,5% nas exportações portuguesas e que a evolução superou as expectativas do Governo.

Haja decoro, Sr. Professor, dados do INE, o peso das exportações de alta tecnologia está nos 11,5% desde 2001,

infelizmente estamos a exportar em percentagem o mesmo que há sete anos.

Evoluímos ligeiramente para as exportações de média baixa, muito à custa da petroquímica, estando estáveis os indicadores de alta e média alta.

Infelizmente, a conclusão que se pode tirar é que a modernização do tecido industrial é menor do que se esperava e faltam políticas que estimulem o salto tecnológico.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados
As micro e pme's estão descapitalizadas, sofrem de excessivo endividamento.

A conjuntura internacional, a aplicação das exigências do rating do Basileia 2, somado à actuação do fisco, apertam o garrote às empresas.

A Banca reage cancelando contas correntes caucionadas, envia cartas a solicitar a liquidação de empréstimos!

Que faz o Governo?

Afirma que quer dinamizar o Capital de Risco mas, ao invés de estimular o surgimento de fundo privados, como acontece um pouco por toda Europa e nos EUA, concentra cada vez mais este instrumento na sua mão, não dissemina uma cultura de risco.

Aconselha a garantia mútua, de facto um bom caminho, mas o resultado prático é que, estabiliza a dívida, mas a empresa paga um juro mais alto.

E que dizer do nosso depauperado tecido comercial, do comércio de proximidade.

Um pouco por todo o País, há comerciantes que mantêm as suas lojas abertas por vergonha, por uma questão de dignidade, por princípios que praticam; já delapidaram todas as suas poupanças e, nalguns casos, é a sua reforma que ajuda a manter as portas abertas.

É visível o estado do comércio nas diferentes cidades e vilas de Portugal.

Como é que o Governo responde?

O Governo lança o Mobcom, obviamente que os comerciantes não aderem, é uma atitude inteligente da parte deles.

O Governo, também aqui, não compreende a dimensão do problema, dá aspirinas a um doente que já só lá vai com internamento e cuidados intensivos.

E nas regiões transfronteiriças?

Aqui, o panorama ainda se agrava mais por causa das diferenças fiscais entre Portugal e Espanha.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

O Governo estimula as empresas e

as associações a apresentarem projectos aos sistemas de incentivos, e depois não lhes paga!

O Gestor do Programa Operacional da Economia responde que foi o contributo do PO para o deficit.

Em termos práticos, as associações já só receberam em Janeiro e as empresas ainda continuam à espera, estamos a falar de oito milhões de euros de incumprimento.

É mais um contributo do Governo para que as micro e as PME's desapareçam.

Por manifesta falta de tempo não vou aqui aprofundar o atraso do QREN, já podemos falar de quase dois anos, a falácia que foi o anúncio do início do mesmo, só agora se publicaram os regulamentos do programa operacional potencial humano e, medidas como as que se prendem com o financiamento das empresas, continuam a aguardar.

Ainda está longe de estar estabilizado e a produzir efeitos, para já não falar da excessiva centralização.

Por último, permitam-me que alerte para um processo que será mais uma machadada nas micro e pme's.

No âmbito da reestruturação das compras do Estado, a Agência Nacional das Compras Públicas, anunciou que vai lançar 10 concursos para celebração de novos contratos de aprovisionamento de bens e serviços, estimando poupar 150 milhões de euros até 2009.

Não podíamos estar mais de acordo, mas corremos o risco de estar a centralizar excessivamente as compras, dificultando o acesso às micro e PME's um pouco por todo o País, a vedar o acesso às vendas que permitem, muitas vezes, a sua sobrevivência.

Os Estado Unidos, que são a economia liberal por excelência, têm um programa que assegura que 20% dos contratos públicos são efectuados pelas micro e PME's.

É possível conciliar poupança com protecção das empresas mais pequenas, até nos EUA.

Também aqui, o Governo demonstra total insensibilidade e falta de estratégia.

O PSD não se conforma com esta situação, é urgente que o Governo olhe para as micro e PME's, sob pena de estarmos a ir por um caminho sem retorno.

O PSD não calará a sua voz, brevemente promoveremos um agendamento sobre estas matérias.

Razões de interesse nacional, motivações que se prendem com o combate ao desemprego e à necessidade de criarmos mais riqueza, impõem que se adoptem medidas e se estabeleçam consensos nesta área.

Disse



Intervenção em Plenário Deputado Pedro Duarte 15 Fevereiro de 2008

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

Com o tom que tem caracterizado a acção do Ministério da Educação, o Governo decidiu impor prepotentemente uma reforma da educação especial.

Esta atitude é particularmente grave e especialmente chocante porque estamos a falar, Senhoras e Senhores Deputados, de crianças com necessidades educativas especiais, isto é, de crianças portadoras de deficiências ou crianças que apresentam específicas dificuldades de aprendizagem.

A verdade é que estas mudanças impostas pelo Governo – que se diz socialista – têm sido motivo de preocupação, de angústia e mesmo de sofrimento para muitas famílias portuguesas que vêem os seus filhos a serem forçados – repito, forçados – a um modelo de ensino que, em muitas circunstâncias, não só não é o mais adequado para as suas situações, mas também – mais grave ainda – é um modelo verdadeiramente violador do respeito pelas diferenças e dificuldades especiais dessas mesmas crianças.

Sobram-nos os depoimentos, as queixas, os desabafos, os apelos, os pedidos, as manifestações de desespero que tantos pais e mães têm expressado, designadamente dirigindo-se directamente ao Parlamento.

Impõe-se assim, a bem do valorização da nossa função parlamentar, que esta Assembleia não deixe de reflectir sobre as reais consequências destas alterações que, objectivamente, causam danos pessoais, familiares e psico-afectivos em tantos portugueses.

É nosso dever olhar com particular atenção para esta realidade.

É este o primeiro objectivo do PSD ao promover este Debate.

Estamos convencidos que não há, neste Parlamento, sobre esta matéria, verdadeiras assimetrias ideológicas.

Todos estaremos de acordo quanto à necessidade de a sociedade e o Estado encontrarem respostas adequadas que assegurem a igualdade de oportunidades, que respeitem as diferenças e que promovam a integração.

Contudo, há uma linha que poderá ser marcada. Uma linha entre os que mostrem ter sensibilidade social para o drama que muitas famílias vivem ou poderão viver no futuro; e os que, arrebatados por um qualquer fervor reformista, em nome da obediência ao chefe ou em nome de uma obsessão economicista, esquecem que por trás de



números, há pessoas; e que por trás de decisões políticas, há por vezes, sofrimento humano.

Não pretendemos, portanto, abrir uma efémera guerra política.

Queremos, tão só, com este agendamento, sensibilizar a maioria socialista para os erros que estão a ser cometidos e, conseqüentemente, dar o nosso contributo, apresentando propostas que, na nossa óptica, ajudarão a estreitar os problemas que a nova legislação aprovada pelo Governo cria a várias famílias portuguesas.

Senhor Presidente
Senhoras e senhores Deputados,

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei que aqui apreciamos, formaliza-se um quadro normativo fortemente penalizador para muitas crianças com necessidades educativas especiais.

Este Decreto-Lei limita o âmbito de aplicação de medidas especiais para os alunos com “limitações significativas”, leia-se, alunos com surdez, cegueira ou baixa visão, autismo ou multideficiência.

Desta forma, este Decreto-Lei abandona todos os restantes alunos com necessidades educativas especiais.

Ficam esquecidos, por exemplo:

- Alunos com dislexia, com dificuldades de aprendizagem específicas;
- Alunos com problemas de comunicação, linguagem e fala;
- Alunos com distúrbios de comportamento;
- Alunos sobredotados;

· Ou alunos com Deficiência Mental moderada ou ligeira.

Todos estes casos são excluídos da Educação Especial e integrados no âmbito dos denominados apoios educativos, a cargo de professores sem especialização, sem formação específica.

Na verdade, de igual modo, este Decreto-Lei legitima a já verificada redução do número de professores de educação especial.

Este Decreto-Lei acaba com a redução do número de alunos por turma, nos casos em que estas tenham crianças com necessidades educativas especiais.

Este Decreto-Lei retira, assim, apoios a várias crianças.

E não menos importante, com este Decreto-Lei, as famílias não poderão optar por instituições particulares vocacionadas para o ensino de alunos com necessidades educativas.

O caminho do PSD não é este. Defendemos o princípio da liberdade de escolha por parte das famílias.

Deve ser dada às famílias a liberdade de opção da escola onde querem ter os seus filhos a estudar.

É também nesse sentido que apresentamos, hoje, propostas de alteração a este diploma governamental.

O Governo quis aprovar um diploma à pressa, com fundamentos desconhecidos, que obriga as escolas, uma vez mais, a aplicar as superiores orientações normativas, independentemente, de terem meios ou não terem meios, de terem técnicos ou não terem técnicos, de terem capacidade infraestrutural ou não a terem.

O Governo, sob a capa da escola inclusiva, está a forçar, por decreto, a transferência a partir de Setembro, de muitas crianças que tendo hoje apoios adequados, irão para escolas sem condições e que não estão preparadas para estes novos desafios.

Aliás, já hoje as crianças com necessidades educativas especiais de carácter permanente estão a ser encaminhadas para as escolas regulares, sem qualquer opção para as famílias e sem condições criadas nessas mesmas escolas.

Lembre-mos que, no passado recente, o PSD teve em discussão pública um projecto de Decreto-Lei que mereceu ampla discussão pública em iniciativas organizadas por todo o País e mesmo um seminário organizado

nesta Casa.

Ora, hoje temos um diploma aprovado rapidamente que, sendo eventualmente compatível com a escola que desejamos, não é manifestamente exequível na escola que temos.

Também aqui o PSD tenta dar o seu contributo, propondo que este diploma entre em vigor no ano lectivo de 2009/2010 e não no próximo mês de Setembro.

A aplicação imediata deste Decreto-Lei apenas contribuirá para criar uma rejeição da escola inclusiva por parte de pais, alunos e professores, criando um efeito perverso em relação ao pretendido.

Senhor Presidente
Senhores Deputados

O PSD não pode deixar de manifestar as suas profundas reservas às virtudes da CIF, da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, da Organização Mundial de Saúde.

É precisamente por haver dúvidas quanto à aplicação da CIF-2001 que tanto se tem investido no estudo da sua adaptação a crianças e Jovens, com esforços da própria OMS.

De consensual esta matéria não tem nada. Há mesmo especialistas que qualificam a sua adopção como um “erro trágico”.

E o próprio responsável pela educação especial do OCDE afirmou não estar “seguro do valor que a CIF terá para as crianças, sendo essencialmente orientada para a saúde”.

Conseqüentemente, o PSD propõe que, no final de cada ano lectivo, seja elaborado um relatório de avaliação do impacto da CIF, ao nível da melhoria individualizada dos resultados escolares e do desenvolvimento do potencial biopsicosocial dos alunos.

Senhores Deputados.

A Assembleia da Republica não deve, não pode ficar indiferente ao que todos ouvimos por parte de Instituições, associativas e particulares, por parte de escolas, por parte de diversos investigadores, por parte de professores e por parte de famílias das crianças e jovens com necessidades educativas.

Todas estas vozes, concordando com os princípios enunciados no Decreto-Lei, não aceitam que estas crianças sejam forçadas a ir para as escolas regulares que o País tem, no dia de hoje, ou que terá em Setembro próximo.

Senhores Deputados

Não pode valer tudo, em nome da contenção orçamental



INTERVENÇÃO DA DEPUTADA ANA MANSO

AR, 15 de Fevereiro de 2008
APRECIACÃO PARLAMENTAR N.º 56/X

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Discutimos hoje a Apreciação Parlamentar n.º 56/X, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP, relativamente ao Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico da organização e do funcionamento das unidades de saúde familiar e o regime de incentivos.

Não discordamos de alguns dos argumentos invocados pelos autores desta iniciativa.

De facto, em termos práticos e não obstante todas as manobras de propaganda, o Governo não conseguiu transformar os cuidados primários numa efectiva prioridade política.

Já outros argumentos não podem, no entanto, merecer a nossa concordância.

Com efeito, não comungamos de uma visão estatizante e desconfiada em relação ao sector social e muito menos à iniciativa dos cidadãos.

Mas, comecemos pelo princípio.

As USF são uma boa ideia e correspondem a uma importante vertente da reforma dos cuidados de saúde em Portugal.

Por isso mesmo, já os anteriores Governos do PSD tinham definido no Plano Nacional de Saúde 2004-2010, como estratégia para a reforma dos cuidados de saúde primários, a criação de unidades de medicina familiar, que garantissem, uma boa acessibilidade e continuidade de cuidados e fossem sustentadas, entre outros factores, numa remuneração flexível, premiando o desempenho e a qualidade do trabalho.

O actual Governo, no seu programa assumiu o compromisso, de que, até ao final de 2006, pelo menos 2

milhões de utentes pudessem usufruir da cobertura proporcionada pelas USF.

Mais: o anterior Ministro da Saúde garantia que, até ao final de 2006, seriam criadas 100 USF.

Quanto ao número de utentes abrangidos por USF, o próprio Ministério da Saúde não deixa lugar a dúvidas sobre os mediocres resultados que o Governo até agora alcançou.

Ao invés de 2 milhões de utentes abrangidos por USF no final de 2006, no início de 2008, com mais de um ano de atraso, apenas o estão um pouco mais do que metade do anunciado, ou seja um milhão, duzentos e setenta e três mil.

Quanto às unidades criadas, se deviam ser 100 no final de 2006, em Fevereiro de 2008 são apenas 105 USF, mais cinco do que as prometidas para há mais de 2 anos.

Se isto é um êxito, eu não quero pensar o que seria um fracasso!

Mas o atraso que se regista na criação das USF é também preocupante porque dela depende a própria reforma dos cuidados de saúde, seja ao nível dos cuidados primários, dos cuidados hospitalares e mesmo da rede nacional de urgência e de emergência.

De resto, a existência de longas listas de espera para cirurgias e para consultas nos hospitais, que ascende a mais de 600 mil utentes, é também demonstrativa do País virtual em que o Governo vive, cada vez mais desligado da realidade dos Portugueses e cada vez mais vivendo as suas ilusões em pequenas ilhas de fantasia.

Isto quer dizer que, sem contar com a lista de espera para consultas nos centros de saúde, mais de seis por cento dos Portugueses está em lista de espera, mais de seis por cento dos Portugueses não têm acesso aos cuidados de saúde do SNS.

Também o modo como as USF estão a ser criadas não é isento de reparo.

É certo que, como já se referiu, o modelo contém virtualidades e é suposto conduzir a uma melhoria da acessibilidade dos utentes aos serviços de saúde.

No início parecia que o novo modelo organizacional era atractivo e os profissionais de saúde até acreditaram.

Mas a verdade é que rapidamente começaram a perceber que os incentivos que lhes foram prometidos, ou não eram aplicados ou eram-no de forma desigual.

A realidade presente é, assim, a de que a própria expressão financeira da aplicação dos critérios de



financiamento das USF está a gerar um grave descontentamento e conflitualidade nas equipas de médicos, enfermeiros e administrativos.

Além disso, todo o processo começou a correr de uma forma atabalhoada, ao sabor dos interesses melhor representados, sem consideração por profissionais de saúde e pelos próprios utentes dos centros de saúde que não foram inscritos em USF.

De facto, se por um lado escasseiam médicos para as novas unidades, por outro o Governo tem agravado as desigualdades profissionais e regionais e tem acentuado o fosso entre o Litoral e o Interior.

Finalmente, não se conhecem os ganhos em saúde e os efectivos encargos resultantes da reforma quando esta for aplicada a todo o território nacional.

Ao que acabo de referir acresce que o modo como as USF estão a ser dinamizadas no território nacional é também mais um reflexo da política de abandono e desprezo a que este Governo socialista votou as populações mais idosas, mais frágeis, mais isoladas do Interior do País.

Senão vejamos: a 11 de Fevereiro de 2008, os distritos da Guarda, de Castelo Branco, de Portalegre e de Beja não tem nenhuma USF em funcionamento, e os distritos de Bragança e Vila Real tem apenas uma.

Quer isto dizer que mais de metade do País não tem unidades de saúde familiar, mais de metade do País está votado ao abandono.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Perante esta realidade, a nova Ministra da Saúde, afirmou ontem mesmo que, na política de saúde do Governo, cito, "o mais difícil é transmitir segurança" aos utentes.

É verdade.

De facto, um Governo que, ao longo

de três anos, encerrou dezenas e dezenas de serviços de saúde, adiou a construção de hospitais, aumentou significativamente os encargos das famílias, ao mesmo tempo que lhes reduziu o acesso aos cuidados de saúde, tem dificuldade em transmitir confiança e segurança às populações.

Pior: um Governo, cujo líder garantia publicamente na Covilhã, que em matéria de saúde "O Interior tem de ter serviços de qualidade, com serviços e condições excelentes, ao nível do melhor da Europa" e que depois se dedica, meticolosamente, a fechar serviços por todo o País, tem dificuldade em transmitir confiança e segurança às populações.

Mais ainda: que confiança podem ter os Portugueses num Primeiro-Ministro que diz uma coisa e o seu contrário?

Que é forte com os fracos e fraco com os fortes?

Que substitui um Ministro para depois dizer que a nova Ministra, de estilo mais *soft*, manterá a mesma política?

Estas trapalhadas, Senhoras e Senhores Deputados, são o sinal de que, em matéria de Saúde, a política do Governo não tem coerência e, muito menos, sensibilidade social.

E os últimos 15 dias foram bem reveladores desse desnorte do Governo e da maioria.

Foram mais do mesmo.

O PS tem medo do que a Ministra dirá no Parlamento e, por isso, chumba os pedidos para que a mesma seja ouvida nesta Câmara.

Por outro lado, a própria Ministra parece também recear ser confrontada com as dúvidas e preocupações que perturbam o dia-a-dia dos Portugueses.

Não é um bom começo.

Por isso, é importante, é mesmo vital que a nova Ministra diga se vai ou não corrigir os erros cometidos e se vai ou não reavaliar a política de encerramentos que o Governo levou a cabo ao longo destes três anos.

Se não o fizer, confirma-se o que, cada vez mais, os Portugueses já perceberam: esta política de saúde, tem um responsável e esse responsável é o Primeiro-Ministro e será a este que os Portugueses saberão pedir contas em 2009.

Disse.





“Universidade Europa”

Eurodeputados do PSD promovem formação sobre a UE

O Grupo de Eurodeputados do PSD e a Juventude Social-Democrata (JSD) organizam no próximo fim de semana a Universidade Europa que é uma acção de formação sobre a União Europeia e o Tratado de Lisboa para os jovens quadros do PSD e da JSD. Terá lugar em Cantanhede, no Hotel Mariálva Park e decorrerá de 15 a 17 de Fevereiro.

Neste evento será também apresentado um programa de Estágios para Jovens no Grupo Parlamentar do PSD em Bruxelas.

Do programa de formação, destacam-se dois Jantares-Conferência, o primeiro na sexta-feira à noite com o Professor João de Deus Pinheiro sob o tema “Que fronteiras e que papel para a Europa no Mundo” e outro no sábado Professor José Canavarro (Pró Reitor da Universidade de Coimbra e dirigente nacional do PSD) sob o tema “Erasmus e Bolonha, todos somos europeus?”.

As Aulas-Debate terão início no Sábado de manhã com a participação do Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD Dr. José Eduardo Martins sob o tema “Alterações climáticas e Energias Renováveis: Cumprir Quioto”. Nessa tarde terá lugar a segunda Aula-Debate com o Eurodeputado José Silva Peneda (Ex Ministro do Emprego de Cavaco Silva) que irá abordar o tema “Mais Flexibilidade, Mais Mobilidade, Mais Emprego”. No Domingo de manhã o Eurodeputado Carlos Coelho dará

uma aula sobre política europeia sob o lema “Mais Europa, Melhor Europa” onde apresentará as alterações na UE na sequência da aprovação do Tratado de Lisboa, o funcionamento institucional da UE e algumas políticas sectoriais.

Na tarde de sábado terá lugar um Debate entre os alunos com tema “Porque é que a Europa parece tão longe” e que será comentado pela Deputada Zita Seabra (Vice-Presidente do PSD). Este debate será iniciado com duas mensagens vídeo dirigidas aos jovens portugueses, uma do Presidente do Parlamento Europeu Hans Gert Pottering e outro da Comissária Europeia Meglena Kuneva em representação do Presidente Barroso. À chegada na sexta-feira os participantes terão de responder a um questionário sobre esta questão, cujas opiniões serão tratadas estatisticamente e cujos resultados serão apresentados no início ao debate.

Os 60 participantes foram seleccionados entre duzentos candidatos, tendo sido valorizado o seu CV, as respostas que deram a algumas questões na ficha de candidatura e também critérios de distribuição geográfica e equilíbrio de género e etário. Face ao elevado número de candidatos está já a ser programada uma segunda edição para este ano.

Segundo Carlos Coelho, Director desta Universidade Europa “Com esta iniciativa respondemos à necessidade constatada de melhorar o nível de informação sobre as questões



comunitárias e de estimular a intervenção cívica dos jovens portugueses enquanto cidadãos europeus.”

Para o Eurodeputado português “a boa formação de quadros políticos é a melhor forma de garantir melhores decisores e melhores políticas. Nestes eventos procuramos formar quadros de elite a quem transmitimos valores como o mérito e a excelência, o trabalho e a perseverança, o serviço à

causa pública, e a da solidariedade”

Neste evento serão também apresentados alguns materiais como brochuras, livros, dossiers temáticos e vídeos em suporte digital que permitam a estes jovens para organizar eventos de formação nos seus distritos e concelhos sobre temas da União Europeia.

- Gab. Imp. PSD/PE, Bruxelas

Silva Peneda promove discussão, em Bruxelas sobre o Modelo Social Europeu

O Deputado Europeu do PSD José Silva Peneda e o Grupo PPE-DE organizaram hoje no Parlamento Europeu uma conferência com o tema “Um Modelo Social Europeu para o Futuro”. Esta conferência contou com a presença do Comissário Europeu Vladimír Špidla e com a participação do grupo europeu de investigação “European Social Model - Project” representado pelo Professor Detlev Albers (Universität Bremen), pelo Professor Stephen Haseler (London Metropolitan University) e pelo Professor Marco Ricceri (EURISPES, Roma).

A discussão sobre os possíveis desenvolvimentos futuros do Modelo Social Europeu foi um dos temas mais focados pelos oradores e pelos restantes participantes. A ideia de vir a desenvolver um debate abrangente foi conseguida pois permitiu ouvir as mais diversas abordagens provenientes de pontos de vista diferentes. Num princípio todos foram unânimes “o nosso objectivo principal é conseguir garantir a sobrevivência do Modelo Social Europeu.

Segundo Silva Peneda o “papel da Europa na Globalização é determinante. Pelo sucesso do modelo social europeu conseguido nos últimos 60 anos, cabe à Europa um papel insubstituível que muito pode contribuir para a consolidação na Paz no mundo.”

Para o Deputado do PSD “UE não deve tentar exportar o modelo social europeu, mas sim aproveitar a sua experiência e sensibilizar as novas potências emergentes a adoptar medidas para precaverem os problemas causados por eventuais desequilíbrios sociais associados à diferente distribuição da riqueza”.

Além de vários Eurodeputados das diversas famílias políticas existentes no Parlamento Europeu, na assistência estiveram também representantes das mais diversas áreas e grupos de interesses entre 50 cientistas de várias universidades europeias, representantes dos diversos sectores industriais, de organizações de trabalhadores, fundos de pensões, PME’s, think tanks, representantes dos Estados Membros da UE, da Rússia e da Turquia.

- Marques Duarte

O QREN vai formar a sério... ou fazer jogadores de futebol?

Ricardo Rio

Depois de “longos” meses de espera, foram finalmente publicados os Regulamentos Específicos e os primeiros Avisos de Abertura de Candidaturas para o Programa Operacional Potencial Humano, o “braço armado” do QREN para a vertente de qualificação dos recursos humanos.

Ao longo de todo este mês de Fevereiro, Empresas, Escolas, Centros de Formação, Universidades, Associações Empresariais e demais entidades abrangidas efectuarão uma corrida contra o tempo para submeter as melhores candidaturas possíveis, de forma a preencher os múltiplos critérios de seleção estabelecidos e poderem vir a ser contempladas com a comparticipação dos Fundos Comunitários nos seus projectos de formação.

Para tal terão que demonstrar, entre outros aspectos, a relevância estratégica das acções propostas, a sua coerência com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, a sua qualidade técnica, o contributo das mesmas para o desenvolvimento das competências profissionais nos domínios da sociedade de informação, o potencial de empregabilidade dos destinatários e a possibilidade de certificação dos processos de formação.

Tudo isto, em linha com os grandes objectivos estratégicos traçados pelo QREN e por esta Agenda Temática em particular, para ser complementado com indicadores estatísticos e financeiros relativos à relação entre número de formandos e o número de empregados, entre o número de homens e de mulheres e entre os custos e os resultados esperados.

No horizonte temporal do Quadro de Referência Estratégica Nacional (2007-2013), o POPH – Programa Operacional Potencial Humano contará com uma dotação global aproximada de 8,8 mil milhões de Euros, dos quais 6,1 mil milhões de comparticipação do Fundo Social Europeu, o que corresponde à esmagadora fatia de 37% dos Fundos Comunitários atribuídos a Portugal.

Segundo os responsáveis Governativos, esta é uma aposta estratégica sem precedentes na qualificação dos portugueses e no reforço da coesão social.

Segundo muitos dos promotores antes referidos, este pode ser um importante balão de oxigénio para a sobrevivência de estruturas financeiramente dependentes deste tipo de subvenções, quantas vezes sobredimensionadas e desajustadas das realidades envolventes.

Na definição das suas prioridades, sugere-se que o POPH “visa estimular o potencial de crescimento sustentado da economia portuguesa”, de forma a “superar o défice estrutural de qualificações da população portuguesa (consagrando o nível secundário como referencial mínimo de qualificação, para todos); promover o conhecimento científico, a inovação e a modernização do tecido produtivo (alinhados com a prioridade de transformação do modelo produtivo português assente no reforço das actividades de maior valor acrescentado); estimular a criação e a qualidade do emprego (destacando a promoção do empreendedorismo e os mecanismos de apoio à transição para a vida activa); e promover a igualdade de oportunidades (através do desenvolvimento de estratégias integradas e de base territorial para a inserção social de pessoas vulneráveis a trajetórias de exclusão social)”.

Nos seus diferentes eixos prioritários e tipologias de intervenção, o Programa Operacional Potencial Humano cobre todos os públicos-alvo tradicionais da formação, desde a Qualificação Inicial, à Aprendizagem ao Longo da Vida, à Gestão e Aperfeiçoamento Profissional, até à Formação Avançada, embora profundamente centrado na Iniciativa “Novas Oportunidades”.

A saber, pretende-se que o POPH suporte a expansão da rede de Centros Novas Oportunidades e “a qualificação de 650 mil jovens, assegurando que o 12º ano seja o referencial mínimo de escolaridade e que as ofertas profissionalizantes de dupla certificação passem a representar metade das vagas em cursos de educação e de formação que permitam a conclusão do secundário”.

Sem pôr em causa a bondade dos objectivos traçados, o POPH tem que ser muito mais que um instrumento de cosmética dos indicadores estatísticos do nosso descontentamento.

Por mais que cheguemos a 2013 com várias centenas de milhar mais de jovens e profissionais com o seu ensino secundário concluído, todo este esforço só valerá a pena se à obtenção de tais equivalências estiver associado um reforço efectivo das suas competências, uma reconversão dos seus atributos profissionais e pessoais que os transformem em recursos mais empregáveis e em activos determinantes para o aumento do ritmo de crescimento da nossa economia e para a catalisação da transformação do nosso modelo de desenvolvimento.

De todas as entidades envolvidas, organismos públicos incluídos, espera-se que os largos milhões de Euros que a União Europeia voltará a investir no seu País assumam de facto um carácter reprodutivo e possam aportar benefícios para o nosso tecido económico e para os nossos cidadãos, com a aposta crescente em áreas de intervenção inovadoras e em sectores que incorporem um maior valor acrescentado, capazes de reforçar a nossa competitividade externa.

Podemos apenas fazer de conta que assim é. Podemos continuar a lançar cursos de “Jogadores de Futebol” como o que circulou na Internet nas últimas semanas. Podemos continuar a alimentar o entretém daqueles que já vêm nestas formações pouco mais que uma fonte de rendimento conjuntural.

Ou, pelo contrário, ter a coragem de formar a sério...

- (*) *Economista, Vereador e Presidente da CPS/PSD*

Averiguações sobre obras de Sócrates, na Guarda não passam de “tentativas de branqueamento”, diz Ana Manso

A vereadora social-democrata da Câmara Municipal da Guarda Ana Manso comentou ontem ao DN que a comissão de inquérito proposta pelo presidente da mesma autarquia para averiguar alegadas irregularidades no licenciamento de obras particulares no concelho na década de 80, relativas aos projectos assinados por José Sócrates: “Pensamos que é uma tentativa de branqueamento da situação.”

Na opinião da também deputada do PSD na Assembleia da República, “uma comissão interna à partida não garante as condições de rigor, independência e isenção exigíveis no apuramento e esclarecimento da verdade, até para que não fiquem no ar quaisquer suspeitas relativamente às pessoas que foram visadas, incluindo o primeiro-ministro”.

Ana Manso defende uma comissão externa. “E porque não do Ministério Público? Temos entidades vocacionadas para fazer as



investigações necessárias em processos desta natureza.” A afirma que com a comissão interna, composta por elementos da câmara, o que vai acontecer é que vão chegar à conclusão

de que “não houve irregularidades na Câmara da Guarda, que o processo foi todo transparente e que está tudo bem”.

Ana Manso admite que já antes das

autárquicas de 2001 circulavam “sinais e rumores de uma certa promiscuidade nos serviços da Câmara Municipal da Guarda”. Terão sido, afirmou os “lobbies e interesses locais” a colocar “uma cortina de fumo em toda a matéria” impedindo-a de chegar ao conhecimento público.

A comissão proposta pelo presidente da Câmara da guarda, o socialista Joaquim Valente, será composta por José Guerra, director do Departamento Administrativo da autarquia; Delfim Silva, director do Departamento de Planeamento e Urbanismo; e pelos juristas Alberto Garcia, Daniela Capelo e Tatiana Adro. Segundo o autarca, o grupo de trabalho “fará uma análise aos processos” e tirará conclusões que serão fornecidos à autarquia, possibilitando “actuar de acordo com os resultados”.

– Fonte DN

O “Museu da Cidade” vai às escolas

A Câmara Municipal de Aveiro vai arrancar com a iniciativa “Museu da Cidade vai à Escola”, nos dias 26, 27, 28 de Fevereiro; 4, 5, 6, 11, 12, 13 de Março e 8, 9 e 10 de Abril, às 9.30 horas, em várias salas de aulas de escolas do Concelho de Aveiro.

Com o intuito de levar às escolas do Concelho uma das peças emblemáticas do Museu da Cidade e desenvolver uma actividade em torno dela, permitindo o contacto com o universo do Museu e a sua colecção, a Câmara Municipal de Aveiro organiza esta acção, sensibilizando as escolas a aderirem nesta aventura.

As inscrições são gratuitas e podem ser efectuadas no Museu da Cidade de Aveiro sito na Rua João Mendonça, n.º 9-11, 3800-200 Aveiro, ou através do telefone 234 406 485, ou fax 234 406 307 ou ainda do endereço electrónico museucidade@cm-aveiro.pt.

Destinada a alunos até ao sexto ano, “Museu da Cidade vai à Escola” vai proporcionar às crianças uma interacção / restauração com uma réplica do quadro “O Fogueteiro” de Lauro Corado, uma das peças patentes

na exposição “Aveiro: Objectos que fazem História”.

“Museu da Cidade vai à Escola” tem como objectivos descentralizar o Museu da Cidade de Aveiro; permitir que as escolas das freguesias, que muitas vezes não participam nas actividades do Museu por falta de transporte, sejam activas; desmistificar o Museu; possibilitar a descoberta do Museu e incentivar a visita; aprender conceitos de museológica, pintura e restauro; e atrair novos públicos.

8ª Conferência do ciclo “Grandes Aveirenses”

A Câmara Municipal de Aveiro realizou a oitava Conferência do Ciclo “Grandes Aveirenses”, que teve lugar na Segunda-feira, no Museu da Cidade (Rua João Mendonça, 9-11).

Os próximos aveirenses homenageados serão a Princesa Santa Joana e o Infante D. Pedro, cujas referências serão proferidas por Saúl António Gomes da Universidade de Coimbra.

Organizado pela Câmara



Municipal de Aveiro, o Ciclo de Conferências, que teve início no passado dia 15 de Outubro de 2007, tem por objectivos preservar a identidade e a memória colectiva dos aveirenses; homenagear personalidades que, activamente,

deram o seu contributo para o desenvolvimento sócio-cultural e político-económico da região; e valorizar a historiografia local e formar pedagogicamente públicos no âmbito da realidade museológica municipal.

O Infante

Infante D. Pedro: nasceu em Lisboa em 1392 e faleceu em Alfarrobeira, em 1449. Conhecido por regente, o das Partidas, e o de Alfarrobeira, deu o nome ao Parque Municipal de Aveiro e foi um dos primeiros a adquirir o título de duque de Portugal. D. Pedro foi senhor de Aveiro, Coimbra, Montemor-o-Velho, Tentúgal, Pereira, Condeixa e Treviso, na Hungria.

Foi um homem culto, de espírito cosmopolita e anti-feudal, viajante, contemplativo, cavalheiresco, prudente, sábio e devoto de Nossa Senhora do Pranto, da Piedade ou da Misericórdia. Ao Infante se deve a criação em Coimbra do estudo geral, onde se veio a ensinar leis, teologia e artes, e em Aveiro, o convento dominicano de Nossa Senhora da Misericórdia, assim como, a construção da muralha da vila.

A porta da Vila ostentava inclusive o brasão do Infante. Em 1428, o papa Martinho V, em Roma, atribuiu-lhe uma bula, que lhe permitiu reger o reino, como aos filhos primogénitos, dos reis de Portugal. Ainda durante esse mesmo ano regressou à pátria e opôs-se à expedição a Tânger. Em 1446, o Infante, em nome de D. Afonso V, promulgou o primeiro código civil português, as Ordenações Afonsinas, pilar do poder soberano da monarquia moderna e o grande corte com o sistema político da Idade-Média. Intrigas e acusações inauditas de nobres, culminam, na morte do Infante, na batalha de Alfarrobeira, em 20 de Maio de 1449.

Entre as obras mais relevantes, do Infante, destaca-se o Livro da Virtuosa Beneficência, De Officiis de Cícero (tradução) e a Carta de Bruges.

A Princesa Santa

A Princesa Santa Joana nasceu em Lisboa em 1452 e faleceu em Aveiro, em 1490. Princesa virtuosa e padroeira religiosa de Aveiro trocou o fausto da corte, pela humildade e pobreza do convento dominicano. A princesa foi regente do reino, em 1471, aquando da ausência do rei, em África, bem como, donatária da vila de Aveiro, desde 1485, até à data da sua morte. Por diversas vezes pedida em casamento, por membros das casas reais europeias, sempre rejeitou as coroas, por se sentir inclinada, para a vida religiosa.

Apesar da oposição do rei, do príncipe perfeito (D. João II), e de muitos fidalgos, a princesa frequentou o mosteiro de Odivelas e o Convento de Jesus, onde recebeu a 5 de Agosto o hábito de noviça, das mãos da priora D. Beatriz Leitão. Em 1481, e após a morte de D. Afonso V, sem abandonar o convento, a princesa responsabiliza-se pela educação do seu sobrinho D. Jorge de Lencastre, futuro fundador da Casa de Aveiro. Em finais, de Dezembro de 1489 adoece gravemente, morrendo a 12 de Maio do ano seguinte. Os seus restos mortais repousam no coro baixo da igreja, do Convento de Jesus, actual Museu de Aveiro – **CM Aveiro**

Notícias de Lisboa

Vereadores do PSD reclamam nulidade de nomeações de António Costa, de dirigentes da Gestão Urbanística

Os vereadores do PSD defendem hoje, quarta-feira, na reunião do executivo municipal, a nulidade de seis nomeações de dirigentes do Departamento de Gestão Urbanística feitas pelo presidente da Câmara de Lisboa, António Costa (PS).

Em causa está a nomeação do director do Departamento Municipal de Gestão Urbanística (DMGU) e dos chefes de divisão da DMGU da zona Oriental e Norte e da zona Ocidental e Sul e as nomeações dos mesmos cargos mas para a “área de fiscalização”.

“Tais nomeações foram feitas para cargos que não encontram correspondência nas denominações específicas dos departamentos e divisões contemplados na estrutura e competências fixas na orgânica dos serviços municipais da Câmara Municipal de Lisboa”, lê-se na proposta que o PSD vai apresentar quarta-feira.

Os vereadores sociais-democratas consideram também que “subjacente às nomeações para os referidos cargos dirigentes está uma reorganização dos serviços municipais que ainda não foi aprovada pelos competentes órgãos municipais, pelo que as mesmas se reportam ao exercício de competências em unidades orgânicas inexistentes”.

“A nomeação para o exercício de qualquer cargo dirigente pressupõe, necessariamente, a existência jurídica desse cargo que, por seu turno, se reporta directamente ao exercício de competências próprias de determinada unidade orgânica inserida na estrutura administrativa funcional”, sustentam.

O PSD considera que “os actos de nomeação estão feridos, no mínimo, de nulidade”.

A nulidade das nomeações repercute-se “negativamente na regular marcha dos procedimentos administrativos”, sublinham os vereadores do PSD.

Questionado sobre o assunto, o presidente da Câmara, António Costa, escusou-se a comentar, alegando desconhecer a proposta dos vereadores sociais-democratas. – **Fonte: Lusa**



Notícias de Ovar

Vereadores do PSD defendem zonas verdes

Na última reunião de Câmara (14 de Fevereiro) foi aprovado por unanimidade o ESTUDO PRÉVIO da REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL DO BUÇAQUINHO ENTRE ESMORIZ E CORTEGAÇA. A aprovação deste projecto, de grande valor para as duas freguesias, merece o elogio dos vereadores do PSD.

No entanto, o vereador Álvaro Santos alertou para a necessidade de se planearem outras intervenções do mesmo âmbito, nomeadamente:

A criação do Parque Urbano do Cáster (Ovar) - Um projecto muito desejado pela população da cidade de Ovar, e que apesar de já contar com 1,7 milhões de euros de financiamento “supostamente” assegurado, continua a “marcar passo”. A criação do Parque Urbano do Cáster, com localização privilegiada no centro da cidade de Ovar, potenciará uma planificação urbana “verde”, assumindo diversas formas e funções: desde o espaço de lazer e recreio ao de enquadramento de infra-estruturas e edifícios, à protecção e integração do curso de água.

A Requalificação do Parque da Senhora de Entre-Águas (Válega) - A valorização e dignificação deste espaço como referência de grande potencial simbólico, histórico, cultural e ambiental seria de extrema importância na conquista de um ambiente qualificado. A sua recuperação pretendia conciliar espaços de lazer e contemplação, com uma valorização de toda a estrutura arquitectónica.

A beneficiação da zona envolvente à Fonte do Estanislau (Arada e Maceda) - A reconversão do espaço designado por Fonte do Estanislau poderia ser um bom exemplo de requalificação ambiental e paisagística, numa zona verde de ligação entre as freguesias de Arada e Maceda. A sua valorização e conservação adequadas seriam, assim, aspectos de grande relevância na construção de territórios funcionais, ecologicamente diversificados e com uso ou potencial recreativo para as populações locais ou para os forasteiros, à semelhança do que poderá ser feito no Parque do Buçaquinho.

Os vereadores do PSD entendem que a concretização de qualquer um destes projectos significará um importante investimento na qualidade de vida das populações do Concelho de Ovar e por isso vão continuar a insistir na sua defesa.

Refira-se que o líder da oposição, Álvaro Santos, já fez referência a este conjunto de projectos no seu livro “Um novo rumo para Ovar – Estratégias para a próxima década” (2005) e, mais recentemente, na sua intervenção na Sessão Solene do Dia do Município, em Julho último. - **CPS/PSD-Ovar**

Governo PS não honra compromissos de Estado à população de Vale do Âncora

O Governo do Partido Socialista não honra compromissos assumidos pelo estado, ferindo gravemente as expectativas da população do Vale do Âncora ao negar o financiamento prometido para um Novo Quartel dos Bombeiros.

A Comissão Política do PSD, tendo reunido esta semana com o Presidente da Direcção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora repudia, de uma forma firme e veemente, a recusa linear que o Governo acaba de ter para com os compromissos assumidos anteriormente para a construção de um novo quartel de Bombeiros.

Recorda-se que em 05.07.2004 o então Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna Dr. Luis Pais de Sousa (Governo PSD), responsável da tutela, assinou um Despacho no qual se comprometia a financiar a construção do novo quartel dos Bombeiros de Vila Praia de Âncora com uma verba de € 402.554,00.

Tal decisão fez avançar de imediato o processo para a localização do Quartel, aquisição do terreno e a sua posterior construção.

Para a obtenção da declaração de utilidade pública da expropriação do terreno e da autorização para a sua posse administrativa foi enviado em 10.07.2006 à Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), o respectivo processo cujo andamento tem andado a passo de caracol ou foi mesmo congelado nas gavetas do Terreiro do Paço.

O actual Governo veio agora, em 2008, através da mesma Secretaria de Estado que em 2004 tinha prometido a verba de € 402.554,00 para a Obra do Quartel, numa comunicação seca, sem justificações, comunicar à Direcção da Associação Humanitária que “todos os procedimentos autorizados cessaram”.

Incompreensível quando se conhecem situações idênticas de compromissos anteriores que foram respeitados pelo actual Governo, concedendo apoio financeiro para a construção de novos quartéis a quatro associações de bombeiros voluntários - Águas de Moura, Samora Correia, S. Pedro de Sintra e Santa Marta de Penaguião - como em 26.12.2007 denunciou a Federação do Bombeiros do distrito de Viana do Castelo em ofício enviado à Secretaria de Estado de Protecção Civil, insurgindo-se contra o facto da situação dos Bombeiros de Vila Praia de Âncora, em idêntica situação de compromisso, não ter sido contemplada.

A população de Vila Praia de



Âncora que lutou, no início do século XX, pela criação e manutenção dos Bombeiros na Vila mais populosa de Caminha vê agora, num texto de cinco palavras, as suas esperanças goradas e feridas profundamente, uma vez que sente que o quartel já não corresponde às necessidades no sítio em que se encontra e que os bombeiros são necessários em Vila Praia de Âncora. Vila Praia de Âncora e as suas freguesias vizinhas representam um grande aglomerado populacional que necessita dos bombeiros. Nenhuma outra corporação poderá prestar o serviço que é prestado com a qualidade a que esta comunidade se habituou ao longo dos anos.

Os Âncorenses que precisaram dos bombeiros em horas aflitivas ou mesmo participaram com alma e coração nos seus corpos activos, não compreendem porque é que o Governo Socialista não quer ajudar a construir um novo quartel para os bombeiros.

O Estado que deveria ser uma pessoa de bem, honrando os seus compromissos, vem, desta forma, dar mais uma machadada nas expectativas da população de Vila Praia de Âncora.

Antes foram as piscinas que não financiaram, o campo de futebol relvado que não foi aprovado, os contratos programa que não foram assinados, etc, etc. Agora até este equipamento, imprescindível para a segurança da população de Vila Praia de Âncora, não é financiado porque as indicações vão no sentido de concentrar os bombeiros de Caminha e Vila Praia de Âncora num único quartel.

Cada vez mais o Governo do Partido Socialista, numa ânsia desmedida e incompreensível de mostrar o Poder, se aproxima mais de

um modelo totalitário e tecnocrata que não vai ao encontro das necessidades da população. Para o Partido Socialista só contam números, dimensão e o “centralizar” serviços.

São as escolas que fecham, as urgências que deixam de servir a população, os agentes da GNR que são deslocados só para os grandes Centros, fechando os postos que estão mais perto da população, fecham as Finanças, fecham as Conservatórias, ...empurrando a população para as cidades, desertificando e esvaziando o interior dos seus serviços, da sua vida.

Enfim, estamos a assistir a uma tentativa de criar um modelo terceirista de concentrar a população em grandes urbes e o resto ... é paisagem.

Os habitantes de Vila Praia de Âncora sabem que a Câmara Municipal de Caminha sempre apoiou a construção do quartel disponibilizando as verbas necessárias para a aquisição dos terrenos e procedendo à expropriação dos mesmos, assumindo ainda o compromisso de assegurar uma verba para a construção do quartel.

E, quando o Governo era do PSD, foi assinado um despacho pelo então Secretário Adjunto do Ministério da Administração Interna a concordar com o valor da comparticipação de € 402.554,00, viabilizando assim a futura construção do quartel.

Quando a esperança de ver concretizado este sonho dos bombeiros parece tomar forma, eis que surge o contrário: O Governo mudou e o Partido Socialista assumiu o poder. Infelizmente nem o facto de um ex-Presidente da Câmara Municipal de Caminha exercer o cargo de Governador Civil do distrito e o Presidente da Comissão Política do PS do concelho de Caminha ser deputado na Assembleia da República eleito por este círculo eleitoral, foi suficiente para que fossem respeitadas as opções e os interesses da população de Vila Praia de Âncora e do Vale do Âncora.

Rasgam-se os compromissos anteriormente assumidos, inviabiliza-se a construção de um novo quartel para os Bombeiros de Vila Praia de Âncora! É necessário despertar as consciências adormecidas e dizer basta a este tipo de política centralizadora, autista, economicista e lesiva dos interesses das populações.

O Partido Social Democrata no concelho de Caminha está solidário com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora e com a população do Vale do Âncora e tudo fará para que a construção do seu novo quartel venha a ser uma realidade, uma aspiração justa e necessária para bem servir a comunidade. - **A Comissão Política da Secção do PSD de Caminha**

Faleceu Venâncio Silva

Tenho a dolorosa missão de vos comunicar que o nosso companheiro (não filiado, mas elemento da Assembleia Municipal, nas listas do PSD) Venâncio Silva, faleceu, inesperadamente, nesta noite, ao regressar da sua actividade piscatória. A Câmara Municipal decretou um dia de luto pelo seu falecimento. - **Flamiano Gonçalves Martins, Presidente CPS/Caminha**

Notícias de Braga

Um Comunicado da Distrital

A Comissão Política Distrital do PPD/PSD Braga reuniu hoje com a União dos Sindicatos do Distrito de Braga para analisar a situação social do Distrito.

Assuntos da maior relevância para as populações como as novas regras de aposentação impostas pelo Governo Socialista, a miséria, os níveis de desemprego, a destruição do aparelho produtivo, os serviços sócias, e os direitos e liberdades democráticas foram objecto de análise.

As estatísticas, nacionais e internacionais, revelam que apesar do crescimento económico do último trimestre, a economia portuguesa continua a divergir das economias dos países da zona euro.

O PIB português cresceu 1,9% em 2007 e a média dos 27 países da UE foi de 2,9%.

Pelo exposto, não se compreende o regozijo do Governo com estes dados, tanto mais que o tecido empresarial se encontra em grandes dificuldades e o desemprego grassa, com especial incidência na região norte com uma taxa de 9,4% contra 8% nacionais e quando, por exemplo, a NUT III, Minho Lima, ocupa a 25ª posição no ranking das 30 sub-regiões do país, com um PIB per capita de 67,1% da média nacional (dados da rede europeia anti-pobreza)

Não se entende como pode o Governo estar contente quando 18 % dos portugueses ganham menos de 366 Euros por mês e quando o fosso entre ricos e pobres continua a um nível inaceitável.

O Partido Social-democrata, enquanto maior partido da oposição, acolhe com interesse e disponibilidade todos os contributos como os agora trazidos pela União dos Sindicatos de Braga e que num futuro próximo nos ajudarão a decidir a e governar bem.

O tecido económico da região, em especial o do Vale do Ave e do Vale do Cavado não está apto, como devia, a enfrentar a globalização dos mercados e os novos processos produtivos, exigindo medidas excepcionais e estruturantes que permitam a sua reconversão e adequação às novas realidades de produção e comércio mundiais.

São insuspeitos os dados avançados pelo Presidente da Câmara de Santo Tirso: “ a taxa de desemprego, é, sensivelmente,, o dobro da média nacional. Ronda os 14%. Temos camadas da população com baixos níveis de escolaridade em situação de desemprego de longa duração, acima dos 45 anos e desses, 60% são mulheres.” (17.10.2007).

Por outro lado, o envelhecimento das populações dificulta a adaptabilidade e exige uma reforçada aposta na qualificação. Neste



particular, atinge foros de escândalo o atraso na operacionalização do QREN (Quadro de Referência Nacional)

Este facto compromete as empresas e os seus trabalhadores e acontece pela gestão político partidária em detrimento da política económica e laboral.

O Governo está a reter as verbas da formação indispensáveis para a qualificação e reconversão profissional para as gastar próximo das eleições.

Ao dificultar a vida às empresas e ao emprego o Governo, está, na região norte, a provocar o maior desemprego do país em que são mais sacrificados os jovens, as mulheres e os mais qualificados.

E se para a população empregada a vida é dificultada pelo Governo socialista, também para os desempregados e reformados a vida está cada vez pior.

Têm-se verificados aumentos contínuos dos preços, dos combustíveis ao pão, passando pelos medicamentos, e o Governo só agrava as condições de vida dos mais desprotegidos.

As pensões têm sido severamente prejudicadas com as novas regras impostas pelo Governo Sócrates e as pessoas têm sido atiradas para a miséria. Nem o Rendimento Social de Inserção e o Complemento Solidário para o Idoso combatem esta realidade.

A solidariedade anunciada por estes dois programas é sabotada pela burocracia imposta pelo Governo. O Governo finge que dá mas não dá. Anunciou dar o Complemento Solidário para o Idosos a 300 mil Portugueses e só o dá a 62 mil.

Por outro lado, os serviços de índole social ou encerram ou têm a promessa de encerrar. São as unidades de saúde, são as escolas, são os ATL.

E se os direitos estão comprometidos também a perseguição das pessoas e bens tem de ser denunciada por todos os que, como no PPD/PSD, têm e defendem uma cultura democrática.

É a atitude prepotente e persecutória do fisco, é o calar e afastar de todos os que reagem democraticamente ao poder de

Sócrates que não é humanista, justo ou sincero.

Até a indisponibilidade de dados estatísticos fiáveis e actuais é uma forma anti -democrática de actuação do Governo. Governo que esconde, mistifica, propagandeia.

O PPD/PSD, mormente a Distrital de Braga, está atenta e vigilante, e, em conjunto com todos os parceiros sociais, como a União dos Sindicatos de Braga está preparada e a trabalhar em prol do desenvolvimento do distrito e das suas gentes, do País. - A Comissão Política Distrital do PPD/PSD Braga

Declaração de voto de vereadores PSD, rejeitando a “Parceria público-privada”

Desde a primeira hora, a proposta designada por “Parceria público-privada para a construção de equipamentos de interesse municipal” aprovada com os votos do Partido Socialista nos órgãos municipais em Setembro último, mereceu sérios reparos por parte dos Vereadores signatários, de índole política, jurídica e económica.

Como se expôs, ao invés de ser uma solução transparente, justa e economicamente racional para a concretização de objectivos claros da gestão municipal e para a satisfação de necessidades prementes dos Municípios, houve aqui apenas uma lógica eleitoralista, populista e de total incoerência com as orientações emanadas até mesmo pelo PS nacional no que concerne à disciplina orçamental das Autarquias, cuja Lei das Finanças Locais se pretende assim contornar de forma despudorada.

Por acréscimo, essa proposta atestou do estrangulamento financeiro da Autarquia por força das gravosas consequências dos erros cometidos na gestão do processo de construção do novo Estádio Municipal, para as quais cedo alertámos os responsáveis Municipais, tendo apenas como resposta a sua arrogância, irresponsabilidade e soberba.

Votaram, pois, contra essa mesma proposta o PSD e o CDS-PP, por terem dúvidas quanto à sua legalidade no que respeita à observância dos princípios nacionais e comunitários aplicáveis à contratação pública e ainda quanto ao cumprimento do estatuído na Lei das Finanças Locais quanto ao endividamento das autarquias.

Mais uma vez, no que respeita à contratação pública, importa desmistificar a ideia de que se trata de uma parceria público-privada (doravante PPP). Não existe aqui qualquer parceria entre um ente público e um ente privado, pois não

ocorre transferência do risco para o privado nem este assume qualquer responsabilidade na gestão.

Com efeito, a PPP exige que o particular corra o risco da exploração/gestão da “coisa pública”, e nada disto sucede nesta chamada “parceria”. A sociedade a constituir já sabe de antemão que vai construir uma série de infra-estruturas e também já sabe que o seu negócio está garantido, pois vai arrendar tudo o que construir ao próprio Município.

E não tem de se preocupar com a gestão/conservação das infra-estruturas pois esta tarefa vai continuar a pertencer à CMB. É evidente que aqui não há qualquer risco para o particular, pois este já sabe que tem “cliente” para o seu negócio.

Por outro lado, o que resulta na prática desta suposta PPP é uma autêntica fraude à lei ao regime jurídico das empreitadas de obras públicas. A CMB deveria lançar um concurso para cada empreitada, respeitando assim o princípio da concorrência, o D.L. n.º 59/99, de 02.03 e a Directiva Comunitária que o mesmo transpôs.

Na prática, a CMB está a lançar um concurso para dezenas de empreitadas de obras públicas, sob a capa de um concurso para escolha de um “sócio”. E como se tratam de empreitadas que ascendem a sessenta e cinco milhões de euros, o que na prática vai suceder é que as pequenas e médias empresas vão ficar totalmente afastadas destas empreitadas, por falta de capacidade técnica e financeira, frustrando-se desta forma a concorrência que é princípio basilar da contratação pública.

Isso mesmo é demonstrado pelos requisitos de selecção dos concorrentes que, nos termos do ponto 6. do Programa de Concurso, devem não só incluir uma empresa que detenha alvará de construção como apresentar um volume de negócios conjunto superior a 40 milhões de Euros. Por esta via, afasta-se, à cabeça, qualquer potencial investidor que não possua alvará e restringe-se o acesso ao fornecimento destes equipamentos a empresas de grande dimensão.

Tudo somado, a fórmula adoptada não é mais que um contrato de financiamento garantido aos privados,

que não correm qualquer risco, beneficiando do investimento público e de uma renda municipal ao longo de 25 anos.

Com esta modalidade, a Câmara garante a um ou vários privados um conjunto de obras que significam um total de investimento de cerca de **65 milhões de euros**, atirando para o futuro elevados encargos de manutenção e funcionamento das novas infra-estruturas, fragilizando próximos executivos.

Num acto de total irresponsabilidade e de absoluto despudor e falta de rigor na gestão dos recursos públicos, a Autarquia abalança-se para este projecto sem sequer fazer uma estimativa prévia dos custos reais que a mesma pode implicar para os cofres municipais, sem balizar as possíveis reivindicações do parceiro privado e, assumindo até, a sua incapacidade para aferir da valia das propostas – para o que “terá que se socorrer de consultores externos especializados”. Não deveria o parecer de tais consultores suportar a própria decisão de avançar para esta

modalidade de financiamento encapotado?

De facto, nada disso importa quando a única preocupação dos responsáveis socialistas é a data de conclusão de cada uma das empreitadas envolvidas, com a mágica obsessão pelo número 2009.

Para lá de todos estes “maus” princípios, registre-se a conduta altamente reprovável dos responsáveis municipais de, num sinal de total desrespeito pelo órgão, terem remetido para publicação nos jornais oficiais, com quase um mês de antecedência face à data desta deliberação, o anúncio de lançamento do concurso em questão para “ganhar tempo”.

Por todos estes motivos, os Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos por Braga” votam contra esta proposta e continuarão a socorrer-se de todos os meios ao seu alcance para obstar à sua concretização.

- Ricardo Rio, Serafim Rebelo, Filomena Bordalo, Américo Afonso e Carlos Gomes

Notícias de Santarém

Educação, Escolas, e crianças com Deficiência

Os deputados do PSD eleitos por Santarém vão questionar o Governo sobre a legislação que determina o encaminhamento de todas as crianças com deficiência para as escolas, acabando, a partir de Setembro, com a escolaridade obrigatória nas instituições especializadas.

No final de uma visita dedicada à acção social no concelho de Santarém, que incluiu uma visita ao oitavo centro da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental (APPACDM), o deputado social-democrata Vasco Cunha questionou a aplicabilidade da nova legislação.

“Instituições como a APPACDM recebem crianças com deficiência porque as escolas, incapacitadas para as acolherem, as enviam para onde existem técnicos especializados para as acompanharem”, disse.

Considerando que a formação de 50 horas que o Ministério quer dar aos professores para lidarem com crianças que por vezes apresentam problemas complexos é insuficiente, o deputado questionou o que vai acontecer, nomeadamente, com crianças que apresentam deficiências profundas.

Além do acompanhamento de que estas crianças necessitam, Vasco Cunha duvida que as escolas estejam equipadas e adaptadas, na sala de aula, nas casas de banho ou nos refeitórios, para receber estas crianças.

“Nesta e na próxima semana vamos



reunir informação para apresentar um requerimento ao Governo no Parlamento”, disse.

Vasco Cunha questionou ainda os critérios que levam a que candidaturas sucessivas apresentadas pela APPACDM de Santarém ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) sejam chumbadas “sem que se percebam os critérios”.

Os deputados sociais-democratas eleitos pelo distrito visitaram ainda o Centro de Bem-Estar Social de Vale de Figueira, que em Dezembro viu ser fechada a valência de Tempos Livres que era frequentada por 21 crianças.

“As actividades de enriquecimento curricular a funcionar nas escolas não

são alternativa para muitas famílias que não têm possibilidade de ir buscar as crianças às 17:30”, disse.

Segundo disse, com esta medida, 80 por cento dos ATLs que existem em Portugal correm o risco de fechar, o que poderá deixar no desemprego 40.000 pessoas.

Poluição, Ambiente, Água

Os deputados do PSD também alertaram nesta visita, para o que consideram ser focos de poluição do rio Almonda, com origem no concelho de Torres Novas, advertindo para o risco de o distrito vir a ter, “a prazo, um segundo Alviela”.

Vasco Cunha, presidente da

distrital de Santarém do PSD e um dos três deputados sociais-democratas eleitos pelo distrito, disse à agência imprensa que, numa iniciativa promovida pela concelhia do partido de Torres Novas, os parlamentares visitaram hoje “quatro pontos diferentes de linhas de água que escorrem para o Almonda”.

Descrevendo a situação em alguns desses pontos como “inacreditável”, com água “mal cheirosa e suja”, Vasco Cunha responsabilizou “um conjunto de empresas, algumas sem pré-tratamento dos efluentes, que despejam as suas águas residuais para a linha de água”.

Além da poluição do Almonda, esta situação “pode ter efeitos nas espécies e na degradação da reserva natural do Paul do Boquilobo”, disse.

Para Vasco Cunha, o “comportamento de inércia” da câmara municipal de Torres Novas, denunciado pelo vereador social-democrata na autarquia, pode contribuir “para matar o Almonda”.

Segundo disse, o PSD vai apresentar, no Parlamento, um requerimento ao Governo para saber o que o Ministério do Ambiente sabe sobre esta situação e se há inspecções periódicas à qualidade da água e qual a intervenção do Instituto de Conservação da Natureza no que toca ao Paul do Boquilobo.

- Fonte: PSD/Santarém e Lusa. Fotos arquivo PL

Notícias do Barreiro

Cristina Mira Santos eleita presidente da Concelhia do PSD Barreiro

Cristina Mira Santos foi eleita na noite de sexta-feira presidente da concelhia do PSD Barreiro e lembrou a responsabilidade do mandato com o aproximar das eleições.

“A nova Comissão Política de Secção eleita, irá ter a responsabilidade de preparar as próximas eleições autárquicas, como também ajudar o partido a vencer as legislativas e as europeias”, disse a nova presidente, depois da participação de um número significativo de eleitores nas eleições à qual apenas concorreu a sua lista.

Cristina Mira Santos garante que um dos seus objectivos é fazer um trabalho de aproximação à população, dando voz e representação às causas públicas, tornando o PSD Barreiro mais “dinâmico e participativo”.

“Estou preparada para os desafios que se aproximam, com grande determinação para trabalhar para e pelos barreirenses, defendendo, acima de tudo, um concelho com vida própria, onde se viva com qualidade, uma cidade que tenha capacidade de fixar as novas gerações, de fixar empresas, empresários e jovens empreendedores. Ou seja, o objectivo é tornar o Barreiro uma cidade sustentável”, salientou.

Cristina Mira Santos explicou também que pretende colocar as preocupações sociais existentes no concelho do Barreiro na ordem do dia, acrescentando ainda a necessidade de valorizar o papel da mulher na vida política activa. - **Lusa**



Notícias do Algarve

Mendes Bota defende industriais de restauração e similares

Num requerimento do Deputado Mendes Bota, sobre queixas recebidas do sector em epígrafe, pode ler-se:

Continuam a chegar ao signatário, muitas queixas, sobretudo por parte de estabelecimentos de restauração e bebidas, sobre a forma eventualmente abusiva e desproporcionada como são cobrados os direitos conexos aos direitos de autor em Portugal.

Estes direitos fazem parte dos direitos intelectuais defendidos no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, sustentado em amplo suporte legislativo.

Num passado relativamente recente, a Sociedade Portuguesa de Autores, mediante uma taxa consensualizada, procedia à cobrança, quer dos direitos de autor, quer dos respectivos direitos conexos. Posteriormente, a SPA desvinculou-se da cobrança destes últimos, tendo essa função sido assumida pela Associação Fonográfica Portuguesa, entre 1998 e 2002.

Em Novembro de 2002, foi constituída a Audigest, representativa dos produtores fonográficos, e a GDA, representativa dos artistas intérpretes e executantes, tendo como objectivo a gestão colectiva dos respectivos direitos conexos aos direitos de autor.

Esta actividade concretiza-se na emissão de licenças conjuntas destas duas entidades com a referência comercial de “Passmúsica”.

As queixas sobre esta actividade de cobrança incidem nas práticas comerciais muito agressivas e intimidatórias que são exercidas sobre os bares e os restaurantes, nas taxas elevadíssimas que são praticadas, e na duplicação de taxa nos casos em que não há qualquer reprodução de produtos fonográficos, mas apenas a mera recepção de sinal televisivo.

Assim, importando saber em que medida o governo, quer através do Ministério da Cultura, quer através da Autoridade da Concorrência, dependente do Ministério da Economia e Inovação, estão a acompanhar esta actividade de cobrança, e a acautelar a devida proporcionalidade e justiça dos montantes que estão a ser cobrados aos bares e aos restaurantes, requeiro a V. Exa. ao abrigo do arsenal de disposições constitucionais, legislativas e regimentais, se digne obter do governo e daqueles dois ministérios, resposta às seguintes perguntas:

1- Quem é responsável pela fiscalização da actuação da Audigest e da GDA, e que documentos, relatórios ou observações já produziu sobre o assunto?

2- Existe conhecimento, ou fez-se algum esforço junto das associações do sector da restauração e similares, para comprovar a existência de práticas intimidatórias de cobrança junto destes estabelecimentos comerciais, nomeadamente cartas com ameaças de prisão ou penhoras em caso de não pagamento destes direitos invocados?

3- Existe algum estudo comparativo que comprove que as taxas que estão a ser cobradas em Portugal a título de direitos conexos aos direitos de autor, são as mais elevadas da União Europeia, não se coadunando com o custo de vida real em Portugal?

4- Considera-se que os critérios para a determinação destas taxas, assentes no número de lugares e não no volume de negócios efectivamente realizado, podem levar a valores desproporcionados, carecendo pois tais critérios de correção?

5- Considera-se ou não, que impor a um estabelecimento de restauração ou similar que apenas dispõe de um aparelho de televisão, que já é taxado para receber o sinal televisivo, e não faz a reprodução de qualquer produto fonográfico, o pagamento acrescido de uma taxa de direitos conexos aos direitos de autor, por obras que não reproduz, constitui ou não uma dupla taxação?

6- A Autoridade da Concorrência foi recebedora de alguma queixa sobre este tipo de práticas de cobrança de direitos conexos? Quando? De quem? Que resposta lhes deu?

- **Deputado Mendes Bota**

Notícias dos Açores

PSD quer esclarecimentos do governo sobre base das Lajes

O PSD/Açores vai propor que o governo regional “preste esclarecimentos” ao parlamento sobre a eventual utilização, pelos Estados Unidos, das Lajes como base de treinos para aviões militares e de testes para novos sistemas de armamento.

A proposta, a apresentar pelo grupo parlamentar social-democrata, visa saber se tal utilização implica a “renegociação” do Acordo actual, bem como se já foram “avaliados os impactos económicos, sociais, ambientais e políticos nos Açores, em especial na ilha Terceira”, desta eventual alteração da utilização militar da base.

“Pelas últimas notícias e declarações de responsáveis políticos vindas a público a respeito da base das Lajes, constata-se existir uma profunda contradição e confusão que, não promovendo uma análise clara e precisa da situação, impede que a Região tenha condições para assumir uma posição rigorosa sobre a matéria”, refere o PSD/Açores.

Os sociais-democratas pretendem, igualmente, conhecer a “actual posição da Região sobre o acordo laboral e, em especial, sobre as questões pendentes relacionadas com a actualização salarial e com a diminuição do efectivo laboral português nas Lajes”.

Para o grupo parlamentar do PSD/Açores, as questões laborais “continuam a exigir uma atenção especial, sem que até agora se vejam resultados das promessas do executivo açoriano na defesa dos interesses dos trabalhadores”.

A proposta dos sociais-democratas foi apresentada na sexta-feira, em Angra do Heroísmo, na reunião da comissão eventual que avalia o impacto do Acordo das Lajes nos Açores e tem o seguinte teor:

Proposta

A importância da posição geo-estratégica dos Açores que levou à instalação de forças militares estrangeiras nas Lajes e à celebração do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos, que prevê a utilização da Base das Lajes, com as consequências de tal situação, e a necessidade de avaliar os real impacto da mesma na Região Autónoma dos Açores encontram-se expressamente descritas, pelo PSD, como fundamento da Resolução que cria a presente Comissão Eventual.

De resto, as questões relativas à avaliação dos custos e benefícios da



existência da Base das Lajes e o respectivo acompanhamento permanente devem merecer tratamento político prioritário da parte dos órgãos de governo próprio da Região.

Pelo impacto social decorrente dos postos de trabalho açorianos na Base e pelas demais decorrências económicas, ambientais, culturais e políticas em geral, é essencial que os Açores, através dos seus representantes públicos, tenham conhecimento, acompanhem e participem em todos os momentos do processo, de acordo com a Constituição, a lei e os interesses dos açorianos.

Pelas últimas notícias e declarações de responsáveis políticos vindas a público a respeito da Base das Lajes, constata-se existir uma profunda contradição e confusão que, não promovendo uma análise clara e precisa da situação, impede que a Região tenha condições para assumir uma posição rigorosa sobre a matéria.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, como primeiro órgão da Autonomia e representante de todos os açorianos, tem o direito e, sobretudo, o dever de acompanhar a situação e pronunciar-se sobre a mesma.

É preciso que, nos Açores, se saiba o que se quer da nossa terra e quais as consequências das decisões dos outros na nossa vida e nas nossas ilhas.

As notícias e declarações de âmbito internacional, nacional e regional sobre a possibilidade de uso da Base das Lajes como base de treinos para aviões militares e de testes para novos sistemas militares têm surgido de modo a que, efectivamente e em termos políticos, se continue sem saber o que efectivamente se passa sobre a situação.

Com efeito, desde declarações do Ministro da Defesa que exclui qualquer negociação sobre a matéria, até declarações do chefe da Delegação Portuguesa na Comissão Bilateral Permanente de acompanhamento do Acordo que fala na existência de “troca de ideias” e “contactos informais a nível técnico”, passando por notícias que referem o envolvimento da empresa pública Navegação Aérea de Portugal (NAV, EP) nos contactos em causa e afirmações da Embaixada americana em Portugal sobre a eventualidade de tal utilização diferenciada da Base das Lajes, muitas têm sido as posições sem que, de facto, haja um conhecimento rigoroso da matéria.

O que parece certo é que a posição

geo-estratégica das Lajes está reafirmada e reforçada o que só pode ser considerado vantajoso para os Açores.

Porém, é preciso que se avalie se a nova utilização da Base implica ou não uma alteração do Acordo vigente e, para isso, os Açores têm de estar informados de modo a que haja uma posição clara da Região.

A posição dos Açores não se pode resumir a discursos de circunstância e a “assobiar para o lado” quando questões decisivas para o nosso futuro estão em causa.

Por outro lado, as questões laborais continuam a exigir uma atenção especial, sem que até agora se vejam resultados das promessas do executivo na defesa dos interesses dos trabalhadores.

De facto, depois de declarações do representante da Região na referida Comissão Bilateral a afirmar que a delegação portuguesa iria procurar “convencer os Estados Unidos a libertarem os aumentos salariais na Base das Lajes da regra americana (“Appropriation Act”) que impede aumentos superiores nos ordenados dos trabalhadores portugueses aos efectuados na função pública norte-americana”, adiantando, ainda, de



forma aparentemente audaciosa, que “no caso turco, os aumentos salariais resultam de uma negociação e não estão limitados pelos aumentos anuais da função pública norte-americana. O que pretendemos é que o resultado do inquérito salarial na base das Lajes seja aplicado”, assumindo que “nesta reunião da Bilateral podem estar reunidas as condições para uma decisão nesse sentido”.

Depois do insucesso dessa reunião, surgem surpreendentes notícias segundo as quais o chefe da Delegação Portuguesa na mencionada Comissão Bilateral “garantiu já saber, mesmo antes da reunião marcada para 21 deste mês, que os norte-americanos não irão aceitar as condições sindicais, relativas à actualização salarial”, defendendo “que devem ser iniciados contactos exploratórios com vista a uma eventual renegociação apenas da componente laboral do Acordo”.

É inadmissível, assim, a forma como a Região não se tem envolvido ou tem sido ultrapassada em toda esta matéria.

É, por isso, essencial que se esclareça, de uma forma rigorosa, o que efectivamente se passa relativamente à utilização militar da Base das Lajes e no que respeita às



questões laborais pendentes.

Considerando o objecto da presente Comissão, a premência de ser elaborado um relatório relativo ao real impacto na Região Autónoma dos Açores do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América e a necessidade de tal relatório ser o mais actualizado possível face aos recentes desenvolvimentos da situação conforme descrito supra, é necessário que seja fornecida a informação existente com a transparência adequada à efectiva defesa dos interesses dos Açores.

Assim, O Grupo Parlamentar do PSD, propõe que o Governo Regional preste à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, através da presente Comissão, esclarecimentos, com carácter de urgência, sobre a realidade das negociações relativas à utilização militar da Base das Lajes, bem como dos assuntos laborais pendentes, designadamente:

A) Está em causa a possibilidade de uma utilização militar da Base que implique a renegociação do Acordo vigente?

B) Estão avaliados os impactos económicos, sociais, ambientais e políticos na Região Autónoma dos Açores e, em especial na ilha Terceira, de uma eventual alteração da utilização militar da Base nos termos noticiados e assumidos como “troca de ideias” e “contactos informais de carácter técnico”?

C) Tem o Governo Regional acompanhado a situação? Que informações dispõe e que posições já tomou?

D) Que medidas pretende adoptar o Governo Regional sobre a matéria em defesa dos interesses dos Açores?

E) Qual a actual posição da Região sobre o Acordo laboral e, em especial, sobre as questões pendentes relacionadas com a actualização salarial e com a diminuição do efectivo laboral português nas Lajes?

F) O Governo Regional continua

a defender, perante a Comissão Bilateral, a actualização salarial libertando os aumentos nas Lajes do “Appropriation Act” conforme já assumira anteriormente, ou tal posição perante as negociações passou a ser apenas uma “condição sindical”?

... mas o PS “recusa” ouvir o Governo Regional sobre a Base das Lajes!

O PSD/Açores viu chumbada pelos deputados do PS, durante a reunião da comissão eventual que avalia o impacto do Acordo das Lajes nos Açores, a sua proposta para que o governo regional “prestasse esclarecimentos” ao parlamento sobre a eventual utilização, pelos Estados Unidos, das Lajes como base de treinos para aviões militares e de testes para novos sistemas de armamento.

Em declarações após o referido encontro, que se realizou em Angra do

Heroísmo, o líder parlamentar dos social-democratas criticou a actuação dos deputados socialistas e considerou grave mais esta “ausência” do executivo numa matéria de real importância, relevando que, “de uma forma contraditória”, nem é possível aferir se o Governo Regional “sabe alguma coisa sobre esta matéria”, dada a vontade do PS de “negar” a possibilidade de uma audição ao executivo.

Clélio Meneses lamentou que a “ligeireza” com que o assunto foi tratado pelo PS impeça o “principal órgão da região, que é a sua Assembleia”, de saber se uma alteração ao acordo “vai produzir impactos económicos, sociais, ambientais e políticos”

O PSD/Açores, entretanto, ampliou o âmbito da sua proposta anterior, visando que também o governo da república “prestasse esclarecimentos” ao parlamento sobre o assunto em questão, de modo a que se saiba “realmente” se uma nova utilização da Base implica a “renegociação” do Acordo actual, bem como se já foram “avaliados” os impactos dessa eventual alteração da utilização militar da base.

“Para o Partido Socialista o governo regional não existe para as questões sobre a Base das Lajes”, afirmou o deputado social-democrata, aludindo à proposta feita em que “para não correr o risco de desaparecer do processo”, o PS acabou por “aceder” na audição ao governo da república. Segundo o parlamentar e “como vem sendo hábito”, é nas questões mais importantes para a região que o governo se põe “à margem”, aparecendo apenas para “anunciar e para o foguetório da propaganda”, criticou Clélio Meneses. - **O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Clélio Meneses**

Notícias de Viana do Castelo

PSD propõe vídeo vigilância no Centro Histórico

O PSD de Viana do Castelo propôs a instalação de vídeo vigilância no Centro Histórico da cidade para combate ao vandalismo e banditismo, mas o presidente da Câmara (PS) considera que esta é uma proposta “requeitada”.

Após uma reunião com o Comando da PSP de Viana do Castelo, o presidente da Concelhia do PSD, António José Amaral, confessou que saiu com “um sentimento de conforto muito grande” em relação à questão da segurança na cidade, mas mesmo assim sublinhou a necessidade de tomar medidas para prevenir “algumas ondas de assaltos”.

Além do sistema de vídeo vigilância, o PSD defendeu ainda mais iluminação pública na cidade e a instalação de barreiras físicas em determinadas ruas do Centro Histórico, através de mecos accionados hidráulicamente.

“São propostas que mereceram a melhor aceitação do comandante da PSP e que vamos apresentar à câmara, em reunião de Executivo”, disse António José Amaral, ressaltando que “Viana do Castelo, hoje, continua a ser uma cidade segura”.

As propostas do PSD foram recusadas pelo Presidente da Câmara (PS), nos habituais termos bruscos e liminarmente mal-educados – **CPS/PSD-Viana**

JSD/Almada: Nuno Matias eleito sem oposição para a sua lista

No Sábado, dia 16, os militantes do PSD do concelho de Almada elegeram os novos órgãos concelhios. Tendo sido apresentada apenas uma lista concorrente, que é encabeçada pelo actual Presidente da Distrital de Setúbal da JSD (e Conselheiro Nacional do PSD) NUNO MATIAS, esta será a equipa que conduzirá o processo eleitoral em 2009.

Como refere Nuno Matias, futuro Presidente do PSD/Almada, "este é um projecto de mudança profunda na organização, na motivação e na mobilização interna, com o objectivo claro de tornar o PSD num partido com clara capacidade de Ouvir, debater e Representar cada Almadense". Porque, "o PSD vai-se afirmar como a mais clara alternativa de poder à actual, e desgastada, maioria comunista, e para que o consiga tem que conseguir comunicar com os Almadenses, para passarmos a ser o Partido que lidera na capacidade de apresentar propostas e de respeitar os Almadenses, algo que o executivo camarário claramente não faz".

O Objectivo é muito claro, como refere Nuno Matias, "o PSD lançará um ciclo de conferência intitulado PENSAR ALMADA, e começará a apresentar dossier's temáticos e estratégicos para a construção de um verdadeiro modelo de crescimento e desenvolvimento sustentado no

concelho, para com isso conseguirmos, o mais tardar em 2013, tornar o Partido Social Democrata o partido mais votado em Almada"

"Porque Almada está cansada da propaganda da Autarquia, das obras de fachada e da tentativa de esconder a pobreza extrema que existe, da crescente insegurança, da falta de capacidade para atrair investimento para o concelho, do caos urbanístico que foi criado pela maioria comunista, do caos no trânsito provocado por opções erradas na implantação do Plano de Acessibilidades 21", conclui Nuno Matias.

Deste modo, a nova Comissão Política do PSD/Almada será presidida por Nuno Matias, que é acompanhado por Armando Barata e Ana Moura como Vice-Presidente, Luis Tavares como tesoureiro, e como vogais Hugo Vieira da Luz, Miguel Cardina, Bruno Ribeiro, Maria João Silva, Hugo Braz, Luis Salgueiro, Joaquim Barros, Carlos Francisco, Neuza Alves Salgueiro, Carlos Jorge Santos, Fernando Soares e Henrique Ferreira. Na Mesa do Plenário de Militantes estará a presidir Pedro Roque (candidato à Câmara Municipal de Almada em 2005), António Salgueiro como vice-Presidente e Maria José Tereso, como Secretária. – JSD/Setúbal



Angra do Heroísmo, 15 de Fevereiro de 2008

JSD/Açores quer disciplina escolar sobre os problemas sociais

O líder da JSD/Açores visitou esta tarde a Escola Secundária Jerónimo de Andrade, em Angra do Heroísmo, iniciando assim um conjunto de actividades que se vão desenrolar até ao final do mês de Março, e onde os jovens laranja pretendem debater a educação, o emprego e a formação.

Numa visita conjunta com a JSD/Terceira, Cláudio Almeida reuniu com os responsáveis por aquele estabelecimento de ensino, com os quais tratou temas como o absentismo escolar, a taxa de insucesso dos alunos e o sentimento de insegurança nas escolas, manifestando "total abertura da JSD/Açores" para dar voz aos ânimos e anseios dos estudantes da região.

Mediante uma proposta que vão substanciar em acções futuras, a JSD defende a inserção nos currículos escolares de uma disciplina "relacionada com a educação sexual e as toxicodependências", mas que englobe ainda "diversas vertentes sociais" que consideram importantes para a juventude, "como seja o ambiente", exemplificou Cláudio Almeida.

O líder da JSD/Açores salientou ainda a recente abertura "a meio gás" da escola Tomás de Borba, que recordou ser "uma promessa eleitoral do PS" datada de 1996, estrutura que "finalmente deve entrar em funcionamento pleno" durante o ano lectivo em curso.

Para mais informações contactar o Presidente

Angra do Heroísmo, 14 de Fevereiro de 2008

Presidente da JSD/ Açores visita a Terceira

Integrado numa comitiva liderada pelo presidente da estrutura regional, Cláudio Almeida, os responsáveis da Juventude Social-Democrata dos Açores (JSD/A), visitam no fim-de-semana a ilha Terceira onde irão estabelecer contactos com os dirigentes locais da JSD, versando essencialmente temas como a Toxicodependência e a Insegurança, e iniciando na Terceira uma jornada que se desenrolará até ao final do mês de Março dedicada à Educação, Emprego e Formação.

A visita vai realizar-se mediante a seguinte Agenda:

Sexta-feira, 15 de Fevereiro:

14:00H - Visita à Escola Secundária de Angra do Heroísmo e reunião com os seus responsáveis.

O líder da JSD/Açores estará disponível para prestar declarações à Comunicação Social pelas 16 horas.

Sábado, 16 de Fevereiro:

10:00H - Visita à Base das Lajes e reunião com o Comandante daquela Base Área.

O líder da JSD/Açores estará disponível para prestar declarações à Comunicação Social pelas 11h30.



Ordem de Trabalhos
Um- Informações;
Dois – Balanço e contas de 2007;
Três – Orçamento e Plano de actividades para 2008;
Quatro – Análise da situação política.

GOLEGÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes, para reunirem em Assembleia de Secção de Golegã, na quarta-feira, dia 30 de Abril de 2008, pelas 20h30, em Azinhaga (Rua da Praça, nº 6), com a seguinte

Ordem de Trabalhos
Ponto um: Análise da situação Financeira da Secção;
Ponto dois: Actividade dos Autarcas Locais eleitos pelo PSD;
Ponto três: Debate sobre os próximos desafios para o PSD Golegã;
Ponto quatro: Marcação de Eleições para os Órgãos da Secção;
Ponto cinco: OUTROS assuntos.

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes do PSD Oeiras para a Assembleia de Secção no dia 29 de Fevereiro de 2008, sexta-feira, na Sede do PSD, Largo do Avião Lusitânia, nº 15 às 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1. Informações;
2. Aprovação de contas;
3. Análise da situação Política.

PALMELA

Nos termos estatutários, convoca-se a Assembleia de Secção para reunir na Sede Concelhia, sita na Rua Hermenegildo Capelo, nº 141, em Palmela, no próximo dia 28 de Fevereiro de 2008, pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1. Informações;
2. Apreciação das contas da Secção relativas a 2007.

SÃO PAULO –BRASIL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de São Paulo, para reunir no dia 28 de Fevereiro de 2008, pelas 20h00, no Edifício Sede da Casa de Portugal, à Av. Da liberdade, 602 – 3º Pav – São Paulo, com a seguinte

Ordem de Trabalho
1. Prestação de contas do Exercício de 2007;
2. Análise da situação política.

SECÇÃO B

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção B para uma Assembleia de Secção a realizar na sede da Secção no próximo dia 21 de Fevereiro de 2008

pelas 21h00 com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Apreciação e votação do orçamento da Secção B para o ano de 2008
3. Análise da situação política

Nota: Caso não se verifique a existência de quorum à hora prevista, a assembleia terá início pelas 21h30 com qualquer número de presenças.

SÃO JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de S. João da Madeira para uma reunião ordinária no dia 29 de Fevereiro de 2008 (sexta-feira), pelas 21.30 horas, na sua Sede, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações.
- 2 – Discussão e aprovação das contas de 2007
- 3 - Aprovação do Plano e Orçamento para 2008
- 4 – Análise da situação política.

SOUSEL (CPD PORTALEGRE)

Nos termos de nº 3 do artigo 71º dos Estatutos Nacionais do PSD, bem como das disposições conjugadas dos artigos 3º e 9º do seu Regulamento Eleitoral, convoca-se os militantes do Secção de Sousel do PSD para reunirem extraordinariamente a 28 de Março de 2008 (Sexta-feira), entre as 17h00 e as 19h00, na sede concelhia, sita na Rua Direita, 5, em Sousel, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As candidaturas terão de ser entregues na Sede Distrital até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

TROFA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção da Trofa para reunirem em Plenário de Secção, no próximo dia 3 de Março de 2008, pelas 21h30, no Auditório da Junta de Freguesia de Santiago do Bougado, na Trofa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1- Aprovação das contas de 2007;
2- Plano de actividade e Orçamento de 2008;
3- Análise da situação política.



Por Lapso dos serviços vimos por este meio corrigir a convocatória do Conselho Distrital de Leiria, na ordem de trabalhos estava incorrecta, pelo sucedido pedimos as nossas desculpas a todos os militantes do Distrito de Leiria.

CONSELHO DISTRITAL DE LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital de Leiria, para o dia 29 de Março de 2008, pelas 16 horas, na Sede Distrital da JSD, sita na Rua Dr. José Jardim, n.º 32, em Leiria, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição para a Mesa do Conselho Distrital e para a Comissão Política Distrital de Leiria e para os Delegados à Assembleia Distrital do PSD.

Notas:

- 1 – As listas devem ser entregues na Sede Distrital de Leiria, sita na Av. José Jardim, n.º 32, até às 24 horas do terceiro dia anterior à eleição.

- 2 – As urnas estarão abertas por um período de 2 horas.

- 3 – As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD
(Bruno Letra)

CONSELHO DISTRITAL DE BRAGANÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Distrital da JSD de Bragança, para reunir no próximo dia 29 de Março de 2008, pelas 17 horas e 30 minutos na Sede concelhia de Carrazeda de Ansiães, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição do Representante da Distrital de Bragança no Conselho de Jurisdição de 1.ª Instância;

Nota:

- a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital de Lisboa da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD, na Sede concelhia de Carrazeda de Ansiães.

- b) As urnas estarão abertas das 17h30 às 18h30.

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital
(Cláudio Meireles)

AGUEDA

Ao abrigo do artigo 50º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Águeda do PSD, para uma reunião ordinária a realizar no próximo dia 27 de Fevereiro de 2008 (quarta-feira), pelas 21h00, na Sede de Secção de Águeda, com seguinte

Ordem de Trabalhos
1. Informações e actividades;
2. Apreciação e Aprovação das Contas Anuais de 2007 e Orçamento de 2008;
3. Análise da situação Política e partidária.

ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacional do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Anadia, para reunir no dia 7 de Março de 2008 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Alameda dos Bombeiros Voluntários, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1. Apresentação, discussão e votação das contas relativas ao ano de 2007;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos estatutos do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia de Secção de Castelo de Paiva do PSD, para uma reunião ordinária a realizar no próximo dia 22 de Fevereiro de 2008 (Sexta-Feira), pelas 21 horas, nas instalações da ACICP – Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva, sitas na rua Prof. Egas Moniz, na freguesia de Sobrado, deste Concelho.

- 1 – Informações e actividades;
- 2 – Relatório e contas de 2007;
- 3 – Plano de actividades e orçamento para 2008;
- 4 – Análise da situação política e partidária

ENTROCAMENTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes do PSD Entrocamento, para uma Assembleia de militantes a ter lugar no dia 29 de Fevereiro de 2008, pelas 21h00, na Sede Local do PSD, com a seguinte

CONSELHO DISTRITAL DE BRAGANÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Distrital da JSD de Bragança, para reunir no próximo dia 29 de Março de 2008, pelas 16 horas na Sede concelhia de Carrazeda de Ansiães, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição do Representante da Distrital de Bragança no Conselho Distrital do PSD;

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital de Lisboa da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD, na Sede concelhia de Carrazeda de Ansiães.

b) As urnas estarão abertas das 16h00 às 17h00.

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital
(Cláudio Meireles)

NÚCLEO LITORAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário do Núcleo Litoral do Porto, a realizar no próximo dia 25 de Março de 2008, pelas 19 horas, na Rua de Fez, n.º 123, sita no Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário.

Nota:

As listas deverão ser apresentadas em duplicado à Presidente da Mesa, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos, nos termos do artigo 23º, 4.

As urnas estarão abertas entre as 19 horas e as 21 horas.

A Presidente da Mesa
(Ana Dagge – 962343195)